

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 36**

(Sem revisão final)

2 de abril de 2019

(15:08-17:20)

**Ordem do dia:**

Audição do Coronel Manuel Estalagem, Polícia Judiciária Militar

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados oradores:**

Joana Barata Lopes (PSD)

Santinho Pacheco (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, muito boa tarde. Na sequência do que viemos fazendo durante toda a manhã, prosseguimos agora com mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 15 horas e 8 minutos.*

Neste momento, iremos proceder à audição do Sr. Coronel Manuel Estalagem, na qualidade de ex-Diretor do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar (PJM), a quem quero cumprimentar e agradecer pela disponibilidade.

O Sr. Coronel informou-me previamente que deseja apenas fazer uma breve exposição inicial e, regimentalmente, após essa sua curta exposição iniciar-se-á a inquirição, com uma grelha de até 5 minutos para cada grupo parlamentar, começando pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Barata Lopes, do Grupo Parlamentar do PSD, mas já lá iremos.

Sr. Coronel, renovando os meus cumprimentos, dava-lhe, então, a palavra. Faça favor.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem** (ex-Diretor do Departamento de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar): — Srs. Deputados, a minha declaração inicial é mesmo muito breve e é só para situar a questão referente à minha pessoa.

Cessei as minhas funções como Diretor da Unidade de Investigação Criminal — a designação é esta — no final de janeiro de 2018, funções essas que exercia já na situação de reserva. Ou seja, eu já estava na reserva quando regressei ao serviço para desempenhar estas funções. Portanto, regressei à Força Aérea há cerca de um ano e dois meses e, desde então, até ao dia em

que foi iniciada a Operação Húbris, não tive quaisquer contactos com os responsáveis pelo inquérito.

Fui inquirido como testemunha dos factos, não fui inquirido como testemunha de acusação nem de defesa. Repito, fui inquirido como testemunha dos factos, na manhã do dia 25, antes da divulgação da Operação. Só soube que estava a decorrer uma operação depois de sair do DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), pois quando fui inquirido não sabia que estava a decorrer essa Operação.

O mais curioso é que eu ia no comboio quando me contactaram para ir prestar declarações como testemunha. A Sr.<sup>a</sup> Inspetora que me contactou disse-me que tinha uma notificação para me entregar e combinei com ela a estação. Ela disse: «É para ser ouvido já! É voluntariamente, mas é já». Respondi-lhe «tudo bem» e ela foi-me buscar à estação do comboio e entregou-me a notificação.

Quando olhei para a notificação perguntei-lhe o porquê, pois o processo que estava lá referido não era o do furto das armas de Tancos. Era outro número de processo. Olhei para aquele número de processo e, como não o conhecia, perguntei-lhe «mas isto é porquê?», ao que ela me respondeu «nós não sabemos».

Fui para o DCIAP e só quando saí é que soube, de facto, que estavam a acontecer detenções, etc. Enquanto lá estive não soube de nada.

Como eu disse, saí há 14 meses. Quanto às razões da minha saída, isso já tinha sido pensado antes das minhas férias de 2017. Estive de férias durante todo o mês de setembro — só regresssei no final do mês —, sempre fora de Lisboa, e esta saída, já pensada antes das férias, foi motivada por razões familiares graves, que não interessa agora explicar, e também porque eu estava a concluir o estágio de advocacia quando entrei na Polícia Judiciária Militar.

Pensei assim: vou sair e, no início do ano, vou aproveitar para entrar em estágio, porque sabia que ia haver alterações no Regimento da Ordem dos Advogados. Isto, só para referir que o meu objetivo de saída foi esse e mais nenhum. Foram razões familiares, primeiro do que tudo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Agora sim, tal como havia já pré-anunciado, iniciar-se-á a inquirição com a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Barata Lopes, que dispõe de até 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Presidente, queria cumprimentar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados, bem como o Sr. Coronel Estalagem, a quem agradeço por estar aqui presente e por nos ajudar a perceber os acontecimentos relacionados com o assalto a Tancos e todos os acontecimentos subsequentes.

O Sr. Coronel disse aqui que era responsável pela Unidade de Investigação Criminal da Polícia Judiciária Militar durante o tempo em que ocorreu o assalto a Tancos e que saiu em janeiro.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que é que isso significa? Quais eram as suas funções? Como é que soube que tinha acontecido esse assalto e o que é que fez quando o soube?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu era o Diretor da Unidade de Investigação Criminal e a minha função era a de coordenar as equipas de investigação criminal. Na altura, tínhamos cerca de sete equipas em Lisboa e quatro ou cinco — não tenho a certeza de quantas — no Porto.

Quando tivemos notícia desse assalto, a partir de um telefonema que foi feito para o piquete, já fora das horas normais de serviço... Temos um piquete sempre ativo, que foi contactado nesse sentido e que depois me contactou a mim, dizendo por que é que estavam a chamá-lo a Tancos. Eu disse: «Sim, senhor, vai a Tancos e, como faz parte do protocolo, leva consigo o pessoal do laboratório». Foi isso que aconteceu.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — E o que é que aconteceu a seguir?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ele iniciou as funções de investigação em Tancos e, durante a noite, uma vez por outra...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Estamos a falar de que noite?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Estamos a falar da noite em que foi comunicado o desaparecimento das armas. Nós não sabemos quando é que as armas desapareceram, sabemos apenas que o desaparecimento foi detetado naquele dia.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, de 28 para 29?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, ao fim da tarde.

Portanto, ele telefonou-me e ativou o protocolo. Eles não têm de ter nenhuma instrução específica minhas, porque sabem muito bem aquilo que têm de fazer e foi isso que ele fez. Apenas me comunicou, mais tarde, que aquilo parecia ter sido qualquer coisa de grave, ou seja, que tinha sido um furto e não apenas uma arma que tinha desaparecido, que tinha havido, de facto, uma invasão à zona dos Paióis de Tancos.

Disse-me que, entretanto, já tinha, inclusive, contactado com a Procuradora de turno — existe sempre uma procuradora de turno no DIAP (Departamento de Investigação e Ação Penal) e ele já tinha contactado com a senhora — e eu respondi: «Avance e, para toda e qualquer necessidade que tiver de mais pessoal, está à vontade para ativar as células». E foi isso que ele fez, tanto que no outro dia de manhã até já lá andava pessoal da nossa delegação do Porto.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Esse era o piquete? É a isso que se refere?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Era o piquete.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quem é a equipa que fica responsável por essa investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não significa que seja sempre o piquete,...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então quem é?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — ...porque posso ter investigadores-chefes, que são sempre oficiais, com valências, nomeadamente a nível informático — estou agora a recordar-me deste aspeto —, que poderão torná-los mais aptos do que o indivíduo que nessa noite está de piquete.

Os piquetes são semanais e já aconteceu, por muitas vezes, o processo não ficar com o piquete. Quando se justificava, por razões que eu entendia que os processos não deviam ficar com o piquete, eu passava-os para outro investigador, mas não era muito normal isso acontecer, só quando o crime

fosse de natureza específica e eu tivesse algum investigador que estivesse mais à vontade para conduzir o inquérito.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Com certeza, sou eu que não me estou a explicar bem, mas também preciso de perceber, porque tenho de entender... Falo como quem não está por dentro, como o Sr. Coronel está.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Com certeza, percebo perfeitamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Naquele momento, o piquete ficou responsável,...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — ... com um conjunto de pessoas, e o Sr. Coronel terá dito: «Se precisar de mais alguém, peça».

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — É essa equipa que depois fica na investigação do caso, mas, não sendo, é o Sr. Coronel quem determina que não é.

O que é que aconteceu neste caso específico? Não estamos a falar hipoteticamente,...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi o oficial investigador que fez o piquete que ficou com o processo. Foi a ele que atribuí o processo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Que era quem?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Era o Sr. Capitão Bengalinha, da Força Aérea, também.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quem era o resto da equipa de investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A que estava com ele?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sim.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Geralmente, as equipas eram constituídas por um oficial e por um ou dois sargentos. Eram dois sargentos que estavam com ele. Neste caso eram dois sargentos... Não, neste caso não eram, porque não quer dizer que o piquete fosse a equipa dele. O piquete era corrido e poderia não ser a equipa dele, não é!? Eram dois sargentos que estavam com ele, mas não me consigo recordar que sargentos eram.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, no caso, quem ficou responsável pela investigação foi o piquete, que eram o Capitão Bengalinha e as pessoas que naquele momento tinham ocorrido. A questão é esta: o Sr. Coronel não determinou uma outra equipa?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, ficou aquela equipa.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quais foram as linhas de investigação que se seguiram ao assalto e qual era a comunicação que tinha?

Ia falando com o investigador-chefe, ia dando indicações sobre como deveriam decorrer as diligências...?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim. Como digo, ele não necessitava de indicações específicas minhas, porque eles sabem muito bem aquilo que têm de fazer e aquele não era o primeiro, o segundo, o vigésimo nem o trigésimo crime que eles estavam a investigar, embora não com esta dimensão, felizmente!

Mas, pronto, ele ia-me contactando e de manhã contactou-me mais. Já agora, dou esta informação: quando nos apercebemos da dimensão do furto, contactámos a Polícia Judiciária (PJ) e, durante toda a manhã, estiveram no meu gabinete três investigadores da Polícia Judiciária especialistas na área que, de alguma forma, me ajudaram a elaborar a lista do material furtado.

Como, por certo, os Srs. Deputados se recordarão, era uma lista extensa e o que havia ali a determinar era a designação técnica do material. Não é só dizer explosivo «xpto», aquilo tem uma designação técnica e era isso que estávamos a tentar apurar para podermos fornecer essa lista à Polícia Judiciária, com a ajuda deles, obviamente. A ideia era, depois, eles contactarem os seus congéneres estrangeiros para tentarmos conter aquilo que tinha acontecido, se é que ainda era possível fazê-lo, até porque não sabíamos quando é que aquilo tinha acontecido.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Já lá iremos a essa parte.  
Contactou imediatamente a Polícia Judiciária,...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, na perspetiva do Sr. Coronel, na sua atuação, no exercício das suas funções...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Comuniquei ao Diretor-Geral, e o telefonema até foi de Diretor-Geral para Diretor-Geral. Sugeri... Devido à dimensão que a coisa estava a assumir, falei com o meu Diretor-Geral e ele falou com o Diretor-Nacional da PJM,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Da PJ!

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Da PJ, perdão.

*Risos.*

Foi assim que a coisa foi organizada. Apareceram no meu gabinete três ou quatro investigadores da PJ, que estiveram comigo a manhã toda. À medida que eu ia recebendo, de Tancos, a redação daquilo que ia sendo inventariado e que não se encontrava, eles iam fazendo a lista, a qual atingiu a dimensão que atingiu. Não sei, mas penso que terão comunicado à Interpol ou a quem de direito aquilo que, de facto, tinha desaparecido.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Isso faz pressupor que, nas suas funções enquanto responsável pela investigação criminal na PJM, a relação com a Polícia Judiciária foi sempre cordial.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Muito boa, muito boa!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas houve situações que já foram relatadas, nomeadamente aquando do reaparecimento do material, que fazem crer que a relação entre a PJM e a PJ não foi sempre assim.

Antes de irmos a essa questão, deixe-me perguntar-lhe isto: nessa altura, para si, quem é que estava a gerir as operações? Quem era o responsável pela operação? A PJM ou a PJ?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Em que altura?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quando me está a dizer, no momento em que o material é furtado e em que contacta logo, diretamente, com a PJ.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O processo ainda estava connosco, ainda estava com a PJM. Ainda não tinha havido a alteração da competência, portanto ainda estava connosco.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quando situa essa alteração da competência?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi um dia ou dois depois... Isso está documentado, mas agora não me recordo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Isso terá sido anunciado na reunião de dia 30...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim, foi no dia seguinte, porque eu estava no meu gabinete...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sendo que o despacho só sai mais tarde, mas, para si...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu soube antes.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — ... a partir de dia 30 já era a PJ que estava...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — É! Eu tive uma reunião... Fui sozinho à PJ... Fui convocado para uma reunião na PJ, exatamente para se falar sobre esse assunto e fui sozinho à reunião. Estava lá o Dr. Luís Neves, que esteve aqui, e estava mais alguém... Ele recebeu-me e estive a falar com ele. Ele explicou-me o que é que ia acontecer, ou seja, que o processo ia ficar sob a direção da PJ, com a nossa colaboração institucional.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — O que é que isso significava, do ponto de vista prático?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Significava que eles é que tinham a direção do processo, eles é que definiam as linhas que o processo deveria seguir e que nós estaríamos ali para os ajudar.

Percebi muito bem o que é que aquilo queria dizer, ou seja, o porquê de nós estarmos ali. É natural... Todos os investigadores são militares, de um ramo ou de outro, e movimentamo-nos melhor em ambiente militar, como é óbvio! Isso não é surpresa nenhuma. Portanto, como isto também ia ter muito movimento interno, quanto ao movimento externo tínhamos de dar a mão à palmatória, pois não tínhamos capacidade e isso era mais do que notório. A partir do momento em que as armas andavam «não se sabe onde», fora da instituição militar, a nossa investigação é muito limitada, não é o mesmo que a Polícia Judiciária. Eu tenho 30 homens e eles têm 1000 ou mais.

Esta questão, a mim, não me melindrou, de forma alguma. Quando ele me disse isto — falei com ele, numa conversa civilizadíssima —, percebi perfeitamente o que é que estava ali em causa.

Portanto, a direção ia estar com eles e nós estaríamos na retaguarda para ajudar no que fosse necessário.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Coronel, estar na retaguarda significa que há uma investigação da PJM a decorrer em paralelo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Temos a indicação de que houve e de que isso foi sempre reportado e feito com a conivência dos superiores. O que me está a dizer é que não havia nenhuma investigação a decorrer em paralelo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu, a partir desse dia, não tinha inquérito. Repito: a partir desse dia, não tinha inquérito, portanto os meus investigadores não tinham inquérito para investigar e não tinham de investigar. A não ser que... Mas isto tinha sido também conversado com a PJ...

Nós fizemos cerca de 90 inquirições e estas 90 inquirições foram coordenadas com a PJ. A PJ disse assim: «Então, tudo bem». Eu disse, na altura, que já tínhamos começado. Na noite do desaparecimento, começámos a fazer inquirições ao pessoal que estava nos paióis e fizemos cerca de 90 inquirições no espaço de 15 dias, porque em Tancos, naquela altura, não estavam só militares, estavam empreiteiros civis, porque havia obras.

Portanto, nós tivemos de correr algumas zonas do País mais a norte para ouvir empreiteiros e trabalhadores desses empreiteiros. A primeira parte

do processo, que são as inquirições, foi toda feita por nós, mas tudo coordenado com a PJ.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Não terminou a frase, porque disse «a não ser», ou seja...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A não ser que nós tivéssemos alguma informação — dessas inquirições, podia acontecer — e que fosse necessário, de imediato, transmitir à PJ, porque tínhamos combinado com a PJ que uma das coisas que íamos evitar era a duplicação de investigação. Se nós podíamos estar em investigação... E isso verificou-se no caso das inquirições — eles não fizeram essas inquirições porque nós estávamos a fazê-las.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, se, no decorrer dessas inquirições ou em algum momento, por alguma razão da investigação da PJM, até anterior, surgisse alguma informação relacionada com este assunto seria comunicada à PJ?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Imediatamente.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, quando se dá o aparecimento do material, como é que não é comunicado à PJ e é a PJM que toma conta do caso?

E, já agora, decorreu da investigação da PJM ou de uma chamada?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu trouxe um documento que foi publicado, aliás, pelo jornal *Expresso*, que fez uma

transcrição do tal memorando. Sei que a Comissão não o tem, porque não chegou cá oficialmente.

Vou dizer-lhes que só tive noção correta daquilo que se tinha passado em Tancos naquela noite... Não estive na Chamusca! Só tive noção daquilo que se tinha passado na Chamusca, naquela noite, quando li este memorando. Até à leitura deste memorando que está aqui e que o *Expresso* publicou no dia 20, eu não... A leitura deste memorando pôs-me ao corrente daquilo que se passou naquela noite.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Não esteve envolvido, nessa noite da alegada chamada, em nada que dissesse respeito ao caso de Tancos?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não. Estava em casa quando recebi uma chamada às 3 horas da manhã e o que se passa a seguir é o que está aqui.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Então, explique-nos o que é isso que está aí.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O que diz aqui...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Já agora, fale-nos do início. Recebeu uma chamada, mas de quem? E o que fez a seguir?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Como não falei com mais ninguém sobre este assunto... Como lhes disse, saí em janeiro e desde janeiro até ao dia do lançamento da operação não falei com ninguém da investigação, mas com ninguém mesmo, nem da PJ, nem da PJM. Portanto, quando vi este memorando, que saiu no dia 20 de outubro, li-o e digo-vos apenas o que me

diz respeito. Os Srs. Deputados estão a perguntar-me o que me aconteceu. Sou acordado às 3 horas da manhã e o piquete diz-me...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Quem era o piquete?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O Major Brazão.

O piquete diz-me: «Sr. Coronel»... Estou a ler o que está aqui, não estou a fazer conjecturas, nem estou a presumir nada, estou apenas a ler o que está aqui.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Espere! Desculpe, Sr. Coronel. Está a ler o que está aí, porque foi isso que aconteceu.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Tenho a perceção de que foi isto que aconteceu. Sobre o telefonema não tenho perceção, aconteceu mesmo! Fui eu quem o recebeu!

Às 3 horas da manhã, recebo o telefonema do piquete e ele diz-me: «Sr. Coronel, temos informação de que uma caixa de granadas» — era só isto, não era mais nada, era só uma caixa de granadas — «está à vista num baldio, na Chamusca». Deu-me a morada, etc., etc. Era a seguir à ponte de Abrantes. Eu disse-lhe: «Tudo bem, então vamos, de facto, ver o que lá está e ver se se justifica tomar alguma atitude».

Não quer dizer que fosse este o caso, mas já tínhamos tido algumas denúncias que, depois, chegávamos lá e *flop*.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Sr. Coronel, há pouco, quando falou do episódio do próprio assalto, disse que, por definição, quem acudia, digamos assim, era o próprio piquete. Não foi o piquete que foi ver esta caixa ou acompanhar esta chamada?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O piquete, nesta noite, era outro, porque os piquetes mudavam.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Certo, mas foi o piquete dessa noite, ou seja, o Major Brazão, que deu seguimento à chamada?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim, era ele quem lá estava e foi ele que, depois, deu sequência. Ele estava lá, telefonou-me, como já disse, às 3 horas da manhã, a dizer que havia aquela situação e eu disse: «Então, pronto, vá lá confirmar que, de facto, isso é real».

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Deu indicação ao Major Brazão, ao piquete daquela noite, para ir à Chamusca?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, ele é que era o piquete. Repare, eu não sabia que aquela caixa pertencia ao furto de Tancos, não é? Não fazia a mínima ideia! Portanto, ele estava de piquete e era ele quem tinha de lá ir.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — A indicação que temos é a de que não foi ele quem lá foi. Eu queria perceber se tem alguma indicação sobre isso.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não foi o Major Brazão que foi lá?!

*Pausa.*

Bom, já sei a que se refere. Naqueles dias, tínhamos a decorrer, naquela zona, uma operação também referente a tráfico de munições, aqui era só munições, por parte de um indivíduo — acho que já posso dizer isso — que operava na zona de Tomar. Reconheço que já nem me lembrava de que andava ali uma investigação, mas, na altura, o Major Brazão disse-me: «Ah, se calhar anda por ali o Sr. Major Pinto da Costa que pode, de facto, ir confirmar se o que lá está vale a pena ir ver».

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Achou estranho esse pedido, por parte do piquete, uma vez que nos disse, logo ao início, que, por definição, é o piquete que acompanha?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ele só me pediu, antes de se deslocar lá, que o Sr. Major que andava ali na zona pudesse confirmar, de facto, que estava lá aquilo. Depois, ele foi para lá.

Veja, ele só me disse que era melhor ele ir confirmar se estava lá alguma coisa, ele foi confirmar e disse que sim. Nessa altura, o Major Brazão disse: «Olhe...». Aliás, entretanto, o piquete e o investigador já tinham contactado entre eles.

*Voz impercetível.*

Eu senti-me um pouco... Enfim, são outras questões.

Então, foram para lá. Entretanto, o que é mais curioso no meio disto tudo — e está no memorando — foi quando eu liguei ao Major Brazão e lhe perguntei: «Então, já vai a caminho?». E ele disse-me, de acordo com o que está aqui: «Vou e vai o Diretor-Geral comigo». Eu fiquei... O Major Brazão ligou diretamente ao Diretor-Geral e se eu não lhe tivesse telefonado, às

tantas, nem sabia! Foi assim que me senti! Estava em casa e foi assim que me senti. Fiquei assim... Pronto, tudo bem.

Depois de ler o memorando, percebi perfeitamente, porque mais à frente o memorando diz que me contactou a mim, mas sem nunca referir que aquilo era material de Tancos. Obviamente, que não me ia dizer! Mais à frente diz que era necessário que o material fosse rapidamente enviado para uma Unidade, acho que é o que está aqui escrito.

Li isto há pouco tempo: «Visto que, assim que se apercebessem que podia ser de Tancos,» — o material — «o Coronel Estalagem informaria, de imediato, o Diretor da UNCT (Unidade Nacional Contra Terrorismo)».

Quer dizer, dá impressão de que havia, neste momento, dentro da Polícia Judiciária Militar, duas facções. Eu vejo-me envolvido nesta trama inadvertidamente — estou a ser sincero — e só quando li isto, em outubro, é que percebi por que razão não fui para Tancos.

Eu sou da Força Aérea, não conheço ninguém na zona de Santa Margarida, nem os quartéis que existem ali, porque são todos quartéis do Exército. Não conheço ninguém do Exército! Zero! Absolutamente! Nenhum oficial, nenhum sargento, nada... Portanto, era necessário alguém que conseguisse ter contacto...

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Estava lá a BA 1 (Base Aérea n.º 1)? A BA 1 estava em Tancos?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (PSD): — A BA 3!

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ah! Mas a BA 3 já não é da Força Aérea há muito tempo! A BA 3 já foi desativada há 15 anos pela Força Aérea!

*Risos.*

Agora é um quartel do Exército! A BA 3 é um quartel do Exército, neste momento, e já o é há muito tempo.

Santa Margarida? Nem sei onde é Santa Margarida, nunca lá fui, curiosamente. A ideia era levar isto para...

Durante a noite, fiz dois ou três telefonemas e, a partir de certa altura, sou mesmo posto à margem. Nunca cheguei a saber que quantidade de material é que apareceu. Foi-me dito que era uma caixa e, depois, nunca me foi dito que são várias caixas ou que são caixas vazias ou cheias, como está aqui escrito.

Portanto, nesta noite, eu fui posto à parte. Podem perguntar: «Não era mais normal ter sido o senhor a ser chamado a Tancos, uma vez que era diretor da Unidade de Investigação Criminal, do que ser o Diretor-Geral»?

**O Sr. Ascenso Simões (PS):** — Ou os dois!

**O Sr. Cor. Manuel Estalagem:** — Com certeza! Com certeza que sim! Mas não fui! Não fui porquê? Por causa desta frase que está aqui. Eu contactaria imediatamente...

Devo dizer que sempre tive as relações mais cordiais possíveis com o Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária que, à data, era o diretor da UNCT, e que estive aqui há uns dias. Sempre houve reuniões pautadas pela maior cordialidade, frontalidade e sinceridade. Ele pode atestar isso! Tal como estou aqui a dizê-lo, tenho a certeza absoluta de que ele atesta isto da mesma forma que eu.

Portanto, a leitura deste memorando que, presumo, enfim, tenha uma autoria e que seja o que se encontra noticiado — o que foi noticiado, ao que parece, foi entregue — levou-me a fazer um filme sobre o que se passou

naquela noite. O filme, Srs. Deputados e Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que não fugirá muito do que está aqui descrito.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, está a dizer que houve uma encenação, que, no decorrer desses acontecimentos, acha que houve uma encenação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Diz aqui...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Estou a perguntar-lhe a si.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Diz aqui que o Sr. Major mandou alguém fazer uma chamada.

*Vozes inaudíveis.*

É o que diz o memorando!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não se ouve!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Coronel, os Srs. Deputados não ouviram.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — É uma pena que os Srs. Deputados não tenham este documento...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Mas podia mandar distribuir!

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Com certeza! Isto é uma página do *Expresso*. Há um introito sobre alguns antecedentes, sobre uns explosivos,

mas são coisas que nem sequer faço ideia por que razão estão aqui. Depois, está aqui escrito, se me permitem, que o informador diz que terá de ser feita uma chamada anónima e o Major Brazão dá ordem ao militar para, às 3 da manhã, fazer a chamada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Na sua opinião, o que está aí corresponde à verdade? Daquilo que viu, bate certo? Houve, de facto, um encobrimento, uma encenação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Inclusive, as investigações feitas pela PJ, e que o Sr. Diretor, a semana passada, veio aqui relatar, também lhe deram essa convicção.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Estou a perguntar-lhe a si, porque esteve envolvido.

Diz que quando o Sr. Major Brazão lhe disse que estava a caminho com o então diretor da PJM, percebeu que havia alguma coisa. Por que razão, nessa altura, não contactou a PJ?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Contactei o meu diretor. A partir do momento em que ele está no local do crime, digamos assim, é com ele que falo, não falo mais com os investigadores. Então, perguntei-lhe e ele disse-me que foi avisado, mas não por mim, e que como estava em casa — ele vive sozinho — decidiu ir à Chamusca. Foi isto que ele me disse, que decidiu ir à Chamusca. E eu perguntei-lhe: «Então, mas e quanto ao material?» — ele ia a caminho, na altura, até nem falou muito comigo. Ao que ele me disse: «Ah, isso quando lá chegar, depois eu ligo-lhe. Nós não sabemos o que é isto, eu ligo-lhe».

E, obviamente, não me ligou. Fui eu que, mais tarde, enfim, estranhando a demora no contacto, falei com ele. E disse assim: «Sr. Coronel, está aqui mau tempo, a gente não se quer aproximar muito...» —, de facto, é verdade — «... da zona, e não sei quê...., estamos à espera dos EOD dos Exército». O pessoal do Exército, que ... EOD quer dizer, *explosive ordnance disposal*, não é, que é o pessoal especialista em explosivos do Exército.

«Depois de eles, aquilatarem, de facto, o que é isto, eu ligo-lhe.» E até me chegou a dizer — eu senti-me muito maltratado nessa noite, confesso — : «E não me ligue mais, que eu ligo-lhe.» Foi esta a resposta: «E não me ligue mais, que eu ligo-lhe quando tiver alguma coisa para lhe dizer. A gente não sabe o que é isto.»

Bom, é um Coronel mais antigo a falar para um Coronel mais moderno. Para quem está dentro da hierarquia militar, sabe que isto tem qualquer coisa. Ele falou comigo de uma forma que não era habitual. Ele, como se costuma dizer, nunca me atirou com os galões para cima, como se costuma dizer. Ele falou comigo de uma forma impositiva: «Eu, quando tiver algum dado, telefono-lhe» Isto para eu não estar a chatear, a telefonar. E eu fiquei à espera.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Até hoje!

**O Sr. Cor. Manuel Estalagem:** — Fiquei à espera até às 10 da manhã.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Barata Lopes (PSD):** — Sr. Presidente, vou terminar. Mas queria dizer que deixou aqui no ar a ideia de que, decorrendo da forma como interpreta os factos, há duas fações junto da PJM, sendo que uma, de alguma forma, participa na encenação.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Dava essa ideia. Eu não vou afirmar, não posso afirmar que havia duas fações, nem tenho dados para o fazer. Mas posso ter ficado com essa perceção.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Portanto, nunca assumiu que era tudo por tudo para recuperar o material?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu digo isto porquê?

Eu vou explicar porquê, se me permitem, Srs. Deputados, porque isto é importante, agora recorrendo um pouco àquilo que o Sr. Diretor Luís Neves referiu aqui, na sua audição.

Nunca, da minha parte e da parte de quem eu coordenava, houve qualquer obstrução à investigação. Sempre ordenei ao meu pessoal que tudo aquilo que a PJ nos pedisse, e que estivesse ao nosso alcance fornecer, era para fornecer.

Quando o Sr. Dr. Luís Neves aqui referiu que havia algum obstáculo, acho que era noutra nível e não ao nível em que eu estava.

De facto, ele relatou alguns episódios que dão essa ideia mesmo. Mas, ao nível que eu coordenava, tudo aquilo que nos era pedido, quer pelo DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), quer pela Polícia Judiciária, nós, imediatamente, tentávamos fornecer, embora muitas vezes não estivesse na nossa mão, mas na mão do Exército e tivesse de se seguir os canais para pedir e eles mandarem, etc.

Mas nunca houve, da nossa parte, qualquer obstaculização ao processo. Pelo menos, que eu me tenha apercebido. Mas ele disse que, a um nível mais elevado, houve umas conversas desagradáveis e etc. Tudo bem, essa parte... Eu não estou por dentro desse assunto, mas, da parte mais abaixo, era assim que a coisa se passava.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Como?

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não percebi.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Foi assim que terminei: tudo por tudo para recuperar o material. Esse era um objetivo?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Dou a palavra ao Sr. Deputado Santinho Pacheco, nos mesmos termos.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Coronel e agradeço todos os contributos que nos possa dar.

Vou confessar-lhe uma coisa, Sr. Coronel: cada hora — já não é cada dia, é cada hora — que passo aqui, nesta Comissão, mais confuso fico.

Desde a parte da manhã para a parte da tarde, então...

*Risos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.*

Dizia, aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que não há duas fações, acho que há uma balbúrdia funcional no interior da PJM. Não consigo classificar de outra maneira.

Já reparei e tomei nota de que ligou ao Sr. Diretor quando viu o que se estava a passar com o achamento do material em Tancos...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O achamento em Tancos ou na Chamusca?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Na Chamusca.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Na Chamusca.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Portanto, ligou ao Sr. Diretor quando viu o que se estava a passar com o achamento do material na Chamusca e confessou que foi posto à margem...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Senti-me, sim,...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — ... nitidamente.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — ...senti-me posto à margem.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Deixe-me, então, perguntar-lhe uma coisa. Eu li o louvor que o Sr. Coronel Luís Vieira lhe fez. Acho isto uma peça extraordinária, para quem até recorre ao seu trabalho na investigação de Tancos, para justificar este louvor.

Como é que é explica esta contradição do Sr. Coronel Luís Vieira, entre o louvor que lhe atribuiu, no dia 15 de janeiro de 2018, e esse tratamento de o pôr à margem numa investigação tão importante para a PJM?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não sei. Quando li esse louvor, não tive conhecimento prévio dele. Foi-me entregue quando eu saí. E eu quando o li...

Geralmente, um louvor, enfim, é algo que a pessoa sente com algum orgulho, é um louvor. E eu, quando li esse louvor, não senti orgulho nenhum. É que, quanto a essas investigações, que são aí relatadas como eu tendo intervindo, de alguma forma, nelas, eu não tive, praticamente, intervenção nenhuma nessas investigações que estão aí tidas como tendo eu grande intervenção.

Eu tive uma intervenção mínima na investigação das messes da Força Aérea; eu tive uma intervenção praticamente inexistente nos Comandos, em Alcochete. Onde poderei ter tido alguma intervenção, foi nessa primeira operação no hospital e nessa, de Tancos, foi isto que acabei de relatar.

Fiquei surpreendido com o teor do louvor.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, por que razão entende como tão fiável o memorando que vem publicado no *Expresso*?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Desculpe, Sr. Deputado?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Porque é que acha tão fiável o teor do memorando que é publicado no *Expresso*?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr. Deputado, este memorando que está aqui... Estamos a falar de uma publicação de um semanário de referência, portanto penso que isto que está aqui é, de facto, aquilo que foi entregue no Ministério Público.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Podia, então, de forma sucinta, descrever-nos a atuação da PJM no caso do furto do material militar de Tancos, até ao início do processo de recuperação?

Podemos ter uma ideia mais correta do que foi essa participação da PJM?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Da PJM?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sim, sim, da PJM.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Portanto, nós tivemos o aviso de que tinha havido um furto nos paióis e fizemos as nossas investigações, de acordo com o protocolo que temos nestas atuações. Fizemos aquelas inquirições que eu vos disse e, quando o processo entrou para a esfera da PJ, nós coadjuvamos de acordo com aquilo que a PJ pretendeu.

Depois foi a sequência... Houve ali muitos passos em que não havia qualquer avanço na investigação, nem pela parte da PJ, pelo menos que nós soubéssemos, nem da nossa parte, porque não tínhamos competência para o efeito.

De facto, tivemos algumas reuniões com a PJ e até posso aqui relatar que, por vezes, apareciam, não sei como, no jornal alguns relatos de conversas que tínhamos. Chegou a ser falado o meu nome e o nome do Dr. Luís Neves. Dizia-se que tínhamos conversado isto, tínhamos conversado aquilo e não faço a mínima ideia de como é que aquilo ia parar aos jornais.

Mas sei que houve uma altura em que houve uma exposição aos órgãos de comunicação social que eu não sei explicar.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Nunca chegaram a ser identificados suspeitos, de que tenha conhecimento?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, não. Quer dizer, tirando aqueles militares que, mais tarde, vieram a ser punidos, porque foram apanhados em contradições nas suas declarações. Houve alguns que foram punidos.

É que houve ali uma altura em que, como se começou a perceber que não havia rondas, ou que não eram feitas como deviam ser, houve uma tentativa de, nas declarações aos investigadores, dizer que estavam um de ronda com o outro e outro com outro. Mas depois começou a ver-se que não batia a bota com a perdigota e acabaram por vir a ser punidos mais tarde, mas com punições disciplinares. E isso foi, na altura, falado.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, confirma-nos que houve uma reunião no dia 3 de julho, no DCIAP, em que houve como que uma partilha de tarefas entre a PJM e a Polícia Judiciária?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — 3 de julho?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Dia 3, 3 de julho — 3 ou 4 de julho.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim. Quer dizer, não foi uma partilha, foi um definir de posições de quem é que faz o quê.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — É nesse sentido que estou a falar.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi isso. Foi isso que foi. Até houve mais do que uma.

Essa houve. Tenho ideia de ter ido talvez a mais duas ou três reuniões.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Enquanto Diretor do Departamento de Investigação Criminal, sabia que era o titular do processo de Tancos e que órgão da polícia de investigação criminal coadjuvava, a esse nível, o Ministério Público?

Alguma vez teve dúvidas de quem era?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Desculpe, Sr. Deputado, se tive dúvidas do quê?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — De que era a Polícia Judiciária?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não! A Polícia Judiciária, a Polícia Judiciária... Bom, como se costuma dizer, o dono do processo é o Ministério Público.

O Ministério Público tinha determinado que era a Polícia Judiciária que conduzia o inquérito e nós estávamos no apoio institucional.

Nunca tive dúvidas nenhuma sobre isso, absolutamente.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Como justifica a investigação paralela, de tal maneira que até há dois números, de dois processos distintos, em que...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — *Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — A investigação paralela é conduzida pela PJM?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não. Quer dizer, no primeiro e segundo dia, como fazemos sempre, repito, como fazemos sempre que há um crime militar, damos início a um processo. E foi o que fizemos neste também, porque havia ali um crime estritamente militar, como tal, tipificado no Código de Justiça Militar. Avançámos com o processo, como fazíamos sempre.

E esse nosso processo... Acho que foi no dia 3 de julho, ou dois ou três dias depois, na primeira reunião, nós levámos o processo e o processo ficou lá. Entregámos o processo.

O processo, até àquela altura, tinha sido autuado e tinha lá umas quantas inquirições que tinham sido feitas. E ficou lá, apenso, mais tarde, ao processo principal, que era o processo...

Eu nunca mais vi o processo. O processo foi entregue no DCIAP, foi apenso, suponho, ao processo da Polícia Judiciária e eu nunca mais o vi.

Nós não tínhamos processo!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O Sr. Coronel nega, então, ter dado ordens, designadamente ao Sr. Major Pinto da Costa, para que fosse a Tancos fazer diligências ainda antes da saída do Capitão Bengalinha, por isso em julho, agosto de 2017, já depois de a Polícia Judiciária ser a titular do processo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, não autorizei nada disso. Já agora, Srs. Deputados...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Nunca deu essas ordens ao Sr. Major Pinto da Costa?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não. Vou explicar uma coisa, que já percebi que é necessário explicar.

Srs. Deputados, a investigação criminal não se compadece com o facto de os inspetores... Inspectores-chefes, porque as equipas eram compostas por um inspetor-chefe, que tinha a coadjuvá-lo dois sargentos, mas até podia ter três, chegou a haver essa situação.

Cada equipa de inspeção tem à volta de 20 processos, nos sítios mais díspares do País. Pode ter processos — no norte, não, porque existe uma Diretoria do Norte, que fica com os processos do Norte — desde Tomar, Leiria, até ao Alentejo, até ao Algarve que, aliás; competiam aqui à UIC (Unidade de Investigação Criminal) de Lisboa.

E o investigador que está com um processo pode muito bem dizer-me, a mim, que vai ao Algarve, tratar do processo XPTO, e provar-me, e ir ao Algarve fazer uma coisa completamente díspar. Isto não é normal acontecer, mas pode acontecer.

Eu não tenho forma nenhuma de controlar por onde é que o inspetor anda, quando ele me pede, quando ele solicita sair. Por exemplo, se ele solicitar ir a Tomar, ele vai e vem no mesmo dia e eu nem sei. Ele não pede qualquer contrapartida, monetária, de ajudas de custo, etc., para ir e vir no mesmo dia. Pode ir a Évora e vir no mesmo dia. Eu tive muitas situações dessas: ir a Montemor e vir; ir a Tomar e vir; ir a Leiria e vir.

Se o Major Pinto da Costa, como está a dizer, foi a Tancos — foi isso que referiu, não foi?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Foi a Santa Margarida.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi onde? Aos paióis?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Por ordem sua, a Santa Margarida.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi a Santa Margarida?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Foi a Santa Margarida por ordem expressa do Sr. Coronel.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, por minha ordem expressa não foi de certeza. Nem sei o que ele iria fazer a Santa Margarida. Nem consigo entender por que é que ele teria de ir a Santa Margarida investigar!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Onde passou um dia inteiro a recolher elementos para a investigação, segundo ele próprio...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas em julho?

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Antes da saída do Capitão Bengalinha, reportou-nos ele. Como a saída do Capitão Bengalinha tem a ver com as suas férias, que devem ter ocorrido no mês de agosto, será em julho ou agosto, por aí.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, não. Mas, como lhe digo, eles poderiam ir, poderiam fazer essas investigações e nem sequer me comunicarem.

Aliás, muitas das investigações e saídas que eles faziam só me comunicavam quando eram de facto importantes, porque eu não precisava de saber, de 100 processos que estavam a decorrer, minudências. Eles só me contactavam quando era necessário, ou contactava-os eu.

Há outra coisa que é necessário esclarecer: os gabinetes, na área da Polícia Judiciária Militar, são todos contíguos. Tanto eu poderia dirigir-me

ao gabinete de um inspetor para saber o estado de um processo como ele se poderia dirigir ao meu gabinete para pedir uma informação qualquer.

Mas sobre essa ida concreta a Santa Margarida, nem percebo o que é ele lá iria fazer. Não foi com a minha ordem.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Coronel, quem deu as indicações para que, no dia 17 de outubro, um elemento da PJM efetuasse uma chamada anónima de uma cabine telefónica na margem sul de Lisboa? De quem partiu a ideia?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — De acordo com o que eu li no memorando, foi o Major Brazão que deu essa ordem.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Sr. Presidente, depois podia mandar fazer a distribuição do documento?

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Acha que é coincidência essa chamada ter sido feita num dia em que o próprio Major Vasco Brazão estava de piquete na Polícia Judiciária Militar?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Pensei nisso.

O piquete da Polícia Judiciária mudava semanalmente e penso que naquele dia tinha entrado de piquete o Sr. Major Brazão.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — E acha que é coincidência?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Na altura, não relevei esse facto. Mais tarde — e lá tenho de recorrer novamente ao «papelinho», ao memorando —, percebi perfeitamente o que está ali.

Se os Srs. Deputados virem o memorando, houve uma ação deliberada para, de alguma forma, omitir estes factos à Polícia Judiciária.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Era essa mesma questão que lhe ia colocar. Quem é que deu instruções para que a Polícia Judiciária não estivesse presente nem tivesse conhecimento de nada sobre a operação de recuperação de material? O Major Vasco Brazão, o Coronel Luís Vieira ou o Sr. Coronel?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu não sabia de nada. Eu fui surpreendido por uma chamada às 3 horas da manhã. Não sabia absolutamente de nada. Nunca... E se, de facto, está ali escrito que era necessário, o mais cedo possível, levar as armas para algum lado para que eu não soubesse e não pudesse avisar, é óbvio que eu não podia saber de nada. Eles só podiam, em tempos idos, ter-me informado daquilo que não pusesse em perigo esta recuperação.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Então, o Sr. Coronel também nega que o Sr. Major Pinto da Costa, antes de ir para a Chamusca, recebeu ordens estritas do Sr. Coronel Estalagem, via telefone, para ir ao local, descrevendo-lhe até o local onde estavam as armas, ou o material militar?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, isso é correto. O Major Brazão disse-me a mim...

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Não estou a falar do Major Brazão, estou a falar do senhor ...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas é necessário enquadrar, Sr. Deputado.

Foi-me dito na altura pelo Sr. Major Brazão que o Major Pinto da Costa andava naquela área. Eu não me recordava que ele andava naquela área, mas andava, nessa tal investigação que corria no DIAP do Porto, com interceções telefónicas — e isto é correto, porque confirmei esta situação — , numa investigação sobre armamento. Naquela noite e noutras noites e noutros dias, eu sabia que ele andava por ali. Ele, às vezes, telefonava-me e eu sabia que ele andava por ali. Andavam atrás — vou usar o termo — de um indivíduo de etnia cigana que residia em Tomar e que traficava munições.

Isto é claro, está no DIAP do Porto e está com interceções telefónicas a esse indivíduo. E quando essas interceções telefónicas levavam nessa direção do sítio onde ele andava, ele ia para lá. Tanto que ele não andou só em Tomar, houve uma altura em que andou em Albergaria. Era onde sabiam que esse indivíduo ia, de acordo com as interceções telefónicas.

Nessa noite, eu desconhecia, ou não me recordava — ainda por cima às 3 horas da manhã, meu Deus! —, telefonou-me e disse «o Major Pinto da Costa anda por ali e ele podia ir lá ver se, de facto, está lá alguma coisa.» O Major Pinto da Costa foi lá e antes de me telefonar a mim a dizer que estava lá qualquer coisa, telefonou ao Major Brazão. Depois, quando telefonei, o Major Brazão já ia a deslocar-se para lá.

Eu senti-me ali um pouco... Mas, afinal, que papel é o meu no meio disto tudo?!

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — O Sr. Coronel entendeu bem aquilo que eu disse. Foi aqui dito textualmente que, antes de ir para ir para o local,

o Sr. Coronel Estalagem é que lhe descreveu o sítio, a estrada da Chamusca para Santa Margarida, à beira de uma ponte,...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Porque o Major Brazão, quando me ligou... Isto faz parte do protocolo. O Major Brazão é mais moderno que o Major Pinto da Costa. Agora, temos de falar em termos militares. O Major Brazão é mais moderno do que o Major Pinto da Costa e o Major Brazão não podia dar a ordem ao Major Pinto da Costa para ele se deslocar para um determinado sítio.

Então, telefonou-me a mim, enfim, meteu-me no circuito, para que fosse eu a dar ordem ao Major Pinto da Costa para ele ir ver o que se passava naquele local.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Mas se o Sr. Coronel Luís Vieira estava com eles...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, não! Na altura não estava.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Foi o que foi dito: o Sr. Coronel Luís Vieira, o Major Brazão e o Sargento Ajudante Costa, ou coisa do género...

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Veja aí no memorando.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível registar as palavras do orador.*

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Por um arguido? Um arguido que, segundo creio, foi ouvido à porta fechada.

O que estou a dizer é que, quando fala aí no Coronel Vieira, é mais tarde, é cerca das 4 ou 5 horas da manhã. Não é antes. Antes, falei com o Pinto da Costa e o Pinto da Costa foi ao sítio onde aquilo estava...

É que o Major Brazão, quando me ligou, disse: «está uma caixa de granadas», e deu-me a localização exata: a seguir à ponte de Abrantes, quando se vai para a Chamusca, há uma estrada de terra batida. Deu-me a localização exata e eu disse ao Pinto da Costa: «Vá lá a este sítio». E até lhe disse: «Se tiver dúvidas, ligue ao Major Brazão que ele dá-lhe a indicação mais correta, que não sei se, no meio destas pontes e destas estradas todas, não estou a incorrer em erro.»

Penso que, se calhar, ele até telefonou ao Major Brazão e disse: «Diz-me lá bem onde é que é isto, porque o Sr. Coronel disse mas eu não percebi muito bem a conversa dele.» Ele conhece a zona porque andava por ali e, portanto, para ele era fácil saber onde é que era a ponte da Chamusca e aquela coisa toda.

E tem mais outra curiosidade: é que quando o Major Pinto da Costa telefonou e me disse: «Está aqui, daquilo que eu conheço de armamento, uma caixa de granadas, no meio de um canavial, à vista» — a caixa de granadas estava à vista —, «só que o tempo não está muito famoso e fiz um perímetro de segurança com a GNR.»

Se ele não quisesse faltar à verdade, ele dirá isto. E eu perguntei-lhe: «GNR da Chamusca?» Foi esta a minha resposta para ele, que me disse: «Não, os de Loulé.» Eu disse-lhe: «Os de Loulé?» Ao que ele respondeu: «Sim, eles andam aqui comigo.»

Eu sabia que, pontualmente, o Major Pinto da Costa ia para Tomar com um — pensava eu — investigador da GNR de Loulé. Quando ele me disse que estavam lá três com ele, fiquei surpreendido, tanto que até lhe

perguntei se era a GNR da Chamusca que estava lá a ajudá-lo. Eu disse: «Mas, então, andam três consigo?» Ele respondeu: «Sim, estão aqui comigo por causa desta coisa das munições» — e não sei que mais. Isto foi o que aconteceu.

Passado um bocado, quando telefonei ao Major Brazão a dar-lhe indicação para ele se deslocar para lá e levar o pessoal do laboratório, é quando tive a informação de que ele não ia sozinho, conforme decorre aqui do memorando.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Obrigado, Sr. Coronel.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, nos mesmos termos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, Sr. Coronel, ia voltar ao dia 29 de junho e tentar perceber o que foi a parte mais enigmática das inquirições até agora: o que é que aconteceu?

Tivemos a informação de que quando houve a notícia, o alerta de que houve o furto em Tancos, foi chamado o piquete. Curiosamente, o Sr. Major Pinto da Costa estava numa formação em Lisboa nesse dia e tomou conhecimento, como seria natural nesta conjuntura, desse caso. E logo nesse dia, estando ao lado do Sargento Mário Carvalho, ligaram para o Sargento Lima Santos pedindo informação sobre um suspeito no Algarve. Teve conhecimento de algum destes atos?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — No mesmo dia?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No mesmo dia, 29 de junho.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não. Já agora, só ouvi falar no nome Lima Santos quando o Sr. Major Pinto da Costa me disse que estava com um elemento da GNR em Tomar, mas isto ainda muito antes, quando andava lá na investigação das munições que andavam ali a ser traficadas. E até me disse, em termos elogiosos: «Estou aqui com um inspetor da GNR que me está ajudar e que é um inspetor de alto gabarito.» E depois disse-me que era o Sargento Lima Santos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas isso antes do episódio do furto em Tancos?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, não, já depois, em meados de julho, para aí.

Esta investigação a esse indivíduo de etnia cigana que andava a traficar, que já vinha de antes, prolongou-se, e não sei se já acabou. Prolongou-se pelo verão fora e foi talvez em julho, ou coisa do género, que ele me falou nesse elemento da GNR de Loulé.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É possível estes contactos terem existido para identificar o tal «Fechaduras», a mando do Major Vasco Brazão?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ouvi falar nesse «Fechaduras», inclusivamente ouvir falar nele durante uma reunião na PJ. É que, logo de início, houve ali uma conversa sobre esse fulano e eu perguntei a um inspetor da PJ quem era este «Fechaduras» e se era informador deles. Ele nem me respondeu, nem que sim, nem que não. Foi a única vez que ouvi falar nele, mas nem me respondeu, não quis dizer nada sobre o senhor. Foi a única vez

que ouvi falar desse «Fechaduras». Nem sei por que é que depois ele apareceu, mais tarde, ou se deu alguma dica ou se não deu. Sinceramente, não sei mais.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Capitão Bengalinha foi quem teve as primeiras ações de investigação, no dia 29.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — E nos dias seguintes. Foi ele que coordenou as inquirições todas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Há informação de que ele teria querido fazer um conjunto de interrogações logo nas horas seguintes mas o Sr. Coronel não terá autorizado por não querer que ele avançasse sozinho, sem antes contactar a Polícia Judiciária. Isto é verdade?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Isso veio escrito num jornal.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É verdadeiro?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — É verdade, e lá está a cooperação. Ele disse-me que havia umas diligências que queria fazer e eu disse-lhe: «Não vamos avançar sem falar com a PJ.»

Isso veio no jornal. Às tantas, o jornal até só me chamava Estalagem. Dizia. «Estalagem não quis» — ou coisa do género — «avançar antes de falar com a PJ.» Isso veio no jornal e isso aconteceu.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas como é que tomou essa decisão quando, na altura, ainda estava na alçada da PJM e não na alçada da PJ?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Já não estava na alçada da PJM. Já tinha tido a reunião da PJ e já sabia que aquilo estava com a PJ.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isto no dia 29 de junho?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não no dia 29, mas até lhe sei dizer o dia, foi num fim- de-semana. Eu estava em Sintra, numa caminhada, e lembro-me perfeitamente que estava com dificuldades de contacto. O Bengalinha ligou-me e, ali no meio da serra de Sintra... E isso já não foi no dia 29, porque, foi no fim de semana, acho que era dia 31 ou coisa que o valha.

Já tinha estado na reunião com o Dr. Luís Neves na PJ, quando ele me ligou, e já tínhamos definido como é que isto ia decorrer. Disse-lhe: «Não posso avançar». Não lhe disse para falar com o Dr. Luís Neves, mas disse-lhe para falar com o coordenador que estava logo abaixo do Dr. Luís Neves. Agora não me lembro do nome dele, penso que seria Matos ou qualquer coisa.

Disse-lhe: «Falas com o Matos e dizes-lhe qual é a ideia em que estás a pensar para que depois ele coordene com o Dr. Luís Neves se é para avançarmos ou não avançarmos». Isto vem no jornal!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nem tudo o que vem no jornal pode ser confirmado sem que nos confirmem aqui, por isso é que estou a fazer estas perguntas.

As primeiras inquirições decorreram sem a PJ, as segundas com a PJ e, a seguir, segundo...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Acho que nós não temos inquirições com a PJ. A PJ delegou-nos todas as inquirições e íamos entregando pontualmente as inquirições que íamos fazendo, depois ia para o processo apenso ou não. Nós entregávamos no DCIAP e, depois, seria integrado no processo.

Mas, digamos, a PJ nunca esteve presente nas inquirições que fizemos, era sempre o meu pessoal que se deslocava, enfim, por vários sítios do País e fazia estas inquirições, inclusive para ouvir soldados que já nem estavam ao serviço.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Todas essas inquirições foram do conhecimento da Polícia Judiciária...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Todas entregues no processo!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... e aceites pela Polícia Judiciária?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Era. Nós fazíamos as inquirições, depois o Capitão Bengalinha fazia uma súmula ou um resumo daquilo que as inquirições tinham dado, ressaltando os pontos que podiam ou não ter interesse para a investigação e, depois, isso era entregue no DCIAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tem memória de quando esses trabalhos terminaram?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Estes trabalhos terminaram numa altura curiosa que, ainda hoje, não entendi. Quer dizer, posso ter um entendimento relacionado com o cansaço por parte do Capitão Bengalinha.

O Capitão Bengalinha estava em pleno a trabalhar nesses relatórios, nessas inquirições quando é obrigado a ir de férias, o termo é este. É obrigado a ir de férias!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — «Obrigado» porquê?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O Diretor disse: «Você está muito cansado, vá de férias!». Eu e mais pessoas ficámos surpresos. Eu ainda lhe disse assim: «Sr. Coronel, mas o Bengalinha está a fazer um trabalho que eu me comprometi...». Ele respondeu: «Não! Não o quero cá, ele que desapareça, que vá embora, que meta cinco dias de férias e não o quero ver cá para a semana». Isto foi numa sexta-feira ou coisa que o valha.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ainda em julho, em agosto ou em setembro?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Isto foi em finais de julho, se não estou em erro. Deixe-me ver, pois tinha aqui um apontamento de algumas das coisas que me lembrei. Mas esta foi marcante, porque foi uma coisa... Quer dizer, quem estava por perto ficou... Mas porquê? Ele ficou em casa uma semana, em meados em julho.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nesse período, quem assumiu essas funções foi o Major Vasco Brazão?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O Major Vasco Brazão, durante grande parte deste processo, estava de férias, nem sequer estava em Portugal. Ele era o porta-voz e, de vez em quando, perguntava-me e dizia que precisava

de saber de dados sobre isto, porque os jornalistas lhe telefonavam. E eu sei que ele nem estava em Portugal na altura.

A certa altura, o Sr. Diretor-Geral disse-me que queria o Brazão no processo. Eu não tinha qualquer razão de queixa do trabalho do Capitão Bengalinha e perguntei-lhe por que razão ele queria introduzir o Major Brazão no processo. Ele deu uma justificação que fará algum sentido: é um indivíduo mais velho, é major. Enfim, isto nas Forças Armadas tem a sua importância, um capitão e um major estão a anos-luz.

Ele disse-me que era uma pessoa com mais importância na estrutura, embora fossem ambos investigadores, mas um era major. Disse que o Bengalinha podia ficar à mesma, mas que queria o Brazão na estrutura da investigação. E foi assim que ele entrou.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso foi por altura das férias do Capitão Bengalinha?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Foi, foi. Deixe-me ver... O Bengalinha, depois, teve outro período de férias, as férias normais, já em agosto. No fim de agosto, entro eu de férias — já cá não estava — e o Bengalinha comunicou-me... O Bengalinha entrou no processo à mesma, aliás, nunca deixou de estar fora do processo. Eu entrei de férias no início de setembro até ao fim de setembro e o Bengalinha, logo no início das minhas férias, telefonou-me e disse-me que estava a sentir-se posto de parte na investigação. A mim até me fez um pouco... Até perguntei: «Mas que investigação? Estão a investigar alguma coisa?». Ele respondeu: «Não me contam tudo... Eu gostava que o Sr. Coronel me tirasse da investigação».

Ele disse-me que, na altura, redigiu um papel; eu estava de férias e só o vi um mês depois, quando cheguei e ele mo entregou.

O Bengalinha esteve de férias a partir de meados de agosto até ao fim de agosto e, nessa altura, o processo não foi conduzido por ele. Quer dizer, na minha ótica, nem foi conduzido por ninguém, porque não havia nada para conduzir. Portanto, quando o Bengalinha chega...

*Voz inaudível.*

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu não tinha inquérito, Sr. Deputado!

Eles tiveram uma reunião, lá na PJ, de coordenação. Isso eu sei, recordo-me, já eu estava de férias. Nem sei o que foi discutido, porque estava longe e nem sequer estava perto de Lisboa, nem nada, estive muito no Algarve e fora do País.

Quando ele me telefonou, eu acho que ainda estava no Algarve, e me disse que queria sair do processo, eu perguntei-lhe porquê e ele disse-me exatamente isso: «Acho que há aqui coisas que me estão a passar ao lado; eles não me querem contar a verdade». Ele achou que havia ali qualquer coisa que lhe deviam contar, mas que não estavam a contar. Então, decidi — e bem — que ia pedir para sair do processo. E não havia problema nenhum, porque naquele processo já tinha muita gente. Não tinha processo, não estava a investigar nada, portanto não precisava de ter muita gente naquele processo.

Como digo, naquela altura, tinha poucas equipas em Lisboa e cada equipa estava com cerca de 20 processos. Havia uns processos mais complicados do que outros e havia processos pelo País todo, por isso é que não achava estranho eles quererem ir ao Algarve, ou quererem ir para Leiria ou para Tomar ou quererem ir para todas as partes do País.

O Algarve, então, era talvez o sítio onde mais processos tinha a decorrer. E porquê? Por causa da GNR. Tinha imensos processos a decorrer

no Algarve devido a processos da GNR. Porquê? Porque em todos os processos em que havia intervenção da GNR, as procuradoras não os davam à GNR, não queriam que a investigação fosse feita em casa própria, digamos assim. Então, vinham todos parar à PJM.

Qual era o nosso problema? Eu, os militares da GNR que tinha de ouvir nos processos, chamava-os a Lisboa, mas as testemunhas não me apareciam cá. Tinha processos a «aboborar», perdoem-me o termo, porque as testemunhas não vinham e algumas delas eram cidadãos estrangeiros. Então, tinha de fazer um esforço, financeiro e orçamental também, para conseguir deslocar equipas para o Algarve. Estas equipas chegavam a estar no Algarve dois ou três dias, a dormir em quartéis — não em hotéis — para ouvir o maior número de testemunhas, 10 ou 15 testemunhas de vários processos. Isto numa tentativa de tornar economicamente viável estas investigações, caso contrário não havia forma de o fazer. Por isso é que as idas ao Algarve eram constantes.

*Voz inaudível.*

Os GNR? Os militares? Nós pedíamos, através da cadeia de comando, que eles viessem e, às vezes, vinha um jipe com 10 e estavam lá o dia todo a serem ouvidos. Com as testemunhas não conseguíamos isto, porque eram convocadas e, pura e simplesmente, não apareciam, nem justificavam por que não vinham. Tinha ali processos com prazos a rebentar, a pedir prorrogações de prazos às procuradoras, as procuradoras, enfim, a chamarem à atenção e, de vez em quando, lá ia uma excursão para o Algarve e, numa semana, ou em três ou quatro dias, ouviam aquela gente toda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Coronel, referiu que o Capitão Bengalinha disse que eles não contavam tudo.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ele tinha essa sensação.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Quem eram eles?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Era o Major Brazão. Ele, na altura, era quem estava... Eu posso ter essa percepção e para os senhores, obviamente, será diferente. A hierarquia militar...

A Polícia Judiciária Militar depende do Ministério da Defesa, mas são todos militares e, quer queiramos quer não, há sargentos, há oficiais e, dentro dos oficiais, há majores, há coronéis, há tenentes-coronéis. Por muito que tentemos não deixar que as patentes interfiram, elas interferem. Posso, de alguma forma, imaginar que o Major Brazão tenha assumido, a partir de certa altura, a direção do processo, apesar de não lhe ter sido delegado, porque ele era o major.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As inquirições feitas com o conhecimento da Polícia Judiciária, algumas eventualmente até a pedido da Polícia Judiciária, ocorreram no período entre julho e agosto ou só em julho?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa. Tenho uma certa deficiência auditiva e, muitas vezes, tenho de pedir para repetir, pois não ouvi a totalidade.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — As inquirições feitas pela Polícia Judiciária Militar com conhecimento da Polícia Judiciária aconteceram no mês de julho e agosto de 2017?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, penso que sim.

Aquilo que fizemos em junho e julho, dentro daquele inquérito... A seguir às 90 inquirições de que falei, praticamente não fizemos mais nada, pois não havia mais nada para fazer.

Estávamos numa posição — não queria usar o termo — passiva. Se a PJ achasse necessário avançarmos de alguma forma, nomeadamente para as Unidades — era aí que nos movimentávamos mais à vontade —, nós avançávamos. Caso contrário, não! Como lhe digo, eu não tinha inquérito!

Desde a conversa, percebi perfeitamente — o meu entendimento com o Dr. Luís Neves foi limpinho — que o inquérito era deles. O dono do inquérito, como todos sabemos, era o MP (Ministério Público), e o MP tinha delegado neles.

Aliás, percebi perfeitamente, mas não havia muito para perceber, porque o despacho da Sr.<sup>a</sup> Procuradora-Geral, que determinava por que razão era a PJ a investigar, era claro. Havia ali crimes que iam mais além do crime estritamente militar: havia ali terrorismo, havia uma série de crimes, com molduras penais muito subidas que não tinham nada que ver com o crime estritamente militar. Para mim, até foi, não diria «alegria», mas foi com algum alívio que recebi a Polícia Judiciária no processo. Eu não tinha competência! Não tinha competência para andar na rua, nos bairros problemáticos, para andar sei lá onde à procura das armas.

Antes de eu chegar à Polícia Judiciária, nós tínhamos tido — posso dizer isto — um furto de armas na Carregueira e outro furto de armas no Alfeite. E eram armas, não estou a falar de munições, nem de explosivos, estou a falar de armas! Essas armas nunca apareceram ou, por outro lado, apareceram duas ou três em rugas feitas em bairros problemáticos pela GNR, pela PSP, pela PJ.

Depois, quando encontravam esse armamento, notoriamente material de guerra — *G3, Walther* — enfim, quando não havia dúvidas, comunicavam

e davam-nos o número de série: «Olha, mais uma que desapareceu dali», «Olha mais uma que desapareceu daqui».

E, neste caso, era o que podia acontecer, ou seja, nestas ações, as armas podiam começar a aparecer.

Não que nós, por alguma razão, não pudéssemos entrar...

Mas fizemos! Fizemos rurgas e fizemos entradas, até temerárias, nalguns desses bairros que consideramos, enfim, problemáticos e onde poderia haver algum perigo, elementos hostis, etc. Fizemos isso muitas vezes.

Mas quem estava, digamos, formatado para isso eram as outras polícias que não nós, não é?! Nós, polícias, se era militar... Enfim, de acordo com os crimes tipificados no quadro de justiça militar, é entre portas, não é fora de portas.

**O Sr. Pedro Filipe Soares (BE):** — Sr. Coronel, era possível o Major Brazão ter continuado a inquirição sem nunca lhe ter dado conhecimento? Ou seja, era possível ter continuado a fazer investigações e ter colocado, eventualmente, em algum momento, o Major Pinto da Costa a fazer atividade também no âmbito do processo sem nunca lhe dar conhecimento?

**O Sr. Cor. Manuel Estalagem:** — Perfeitamente. A única coisa que sabia quanto ao Major Pinto da Costa era que ele andava em Tomar. Não direi com muita frequência, mas andava às vezes em Tomar, ainda antes de se falar do aparecimento das armas. Ele andava em Tomar imbuído nessa investigação, atrás desse indivíduo de que falei que traficava armas naquela franja entre Albergaria e Tomar. Mas, às vezes, estava mais para cima, outras vezes estava mais para baixo. Isso eu sabia, ou seja, que o Major Pinto da Costa andava aí.

Agora, a parte de o Major Brazão andar a investigar por modo próprio, não sabia. Mas é como vos disse há bocado: a investigação criminal, só quem trabalha é que sabe como é que isto é feito. Eles podem muito bem andar a fazer investigações das quais não tomo conhecimento, nem sequer sonho que elas existem, porque o indivíduo, como digo, pede-me para ir, por exemplo, a Évora, num processo qualquer, e depois no caminho ele pode não ir a Évora. Não vou perguntar à Brisa e não sei quê se passou lá um carro ou não passou. Tenho de ter confiança nos meus investigadores. E tinha! Tinha confiança nos meus investigadores. Aquilo que me diziam, aquilo que me comunicavam era verdade. Tinha de ter essa confiança, senão não estava ali a fazer nada, senão não trabalhava, não é?!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Coronel, alguma vez disse a algum dos seus investigadores: «Deixem de investigar isto. Isto é assunto da Polícia Judiciária e não nosso»?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Houve uma situação, mesmo antes de ir de férias...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Em agosto de 2017, então?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim. Mesmo antes de ir de férias, o Major Brazão disse-me, assim na passada, acho que até foi no corredor, nem foi no meu gabinete: «Ah! Tínhamos aí uma pistazita, mas o indivíduo foi para o estrangeiro e só vem para o ano». Foi assim. Disse-me isto. Nem liguei nenhuma. «Tínhamos aí uma pistazita». Foi assim uma coisa que ele me falou de um informador.

Não sei porque é que ele me contou aquilo. Quer dizer, não sei... Até sei porque é que foi, mas pronto. Não viesse eu a saber e depois, assim,

matava logo dois coelhos de uma cajadada, ao dizer-me que havia um informador, que tinham tido um informador em tempos que...

Quer dizer, estávamos em agosto, essa ação das armas foi em meados de outubro, portanto, foi um mês e meio depois. Ele diz-me: «Ah! Tínhamos aí um informador, mas acho que foi para o estrangeiro e só vem para o ano». «Para o ano» era daí a quatro meses. Disse-me isto e eu pensei assim: «Mas porque é que ele me está a dizer isto?». Depois percebi. Isto era para eu ficar a saber que, no caso de soar alguma coisa, ficou tudo em águas de bacalhau. Não deu em nada.

Mas ele disse-me aquilo de uma forma assim tão leve, no corredor, que até pensei: «Mas ele está a contar-me isto para quê?!». Ele sabia perfeitamente, repito, ele sabia perfeitamente que, se houvesse algo de palpável, algo que valesse a pena seguir, então eu, não tenho pejo nenhum em dizê-lo, teria de falar. Eu tinha um acordo, este, sim, um código de cavalheiros, com a PJ. Eu teria de levar isto ao conhecimento da PJ. Não é dizer: «Ah! Tivemos por aí um gajo e agora foi-se embora». Isto não é nada!

Se ele me dissesse: «Temos aí uma coisa que a gente anda a seguir e aquilo vai dar qualquer coisa». Nessa altura, dizia assim: «Você vai-me tirar isso a limpo, vamos chamar os nossos camaradas da PJ e vamos controlar isso». Era a minha obrigação, repito, era a minha obrigação, e todos eles, sem exceção, conheciam-me, sabiam qual era a minha moral, sabiam qual era a minha maneira de estar, porque eu nunca, repito, nunca fui o mínimo de desleal com eles.

Quando falava com eles, era sempre neste sentido: «Temos de ser o mais sinceros possível. Isto não funciona se houver queixinhas ou se houver, enfim, fações.» Não, isso não pode acontecer. Tenho a certeza de que todos eles, todos os investigadores, tirando os de Lisboa e do Porto, sabem que, moralmente, o Coronel Estalagem era o maior amigo deles, repito, era o

maior amigo deles, de todos, desde o sargento até ao coronel ou até ao tenente-coronel, que também está no Porto um tenente-coronel. Eles sabem.

Posso, às vezes, estranhar coisas que li sobre a minha pessoa e digo assim: «Esta gente conhecia-me, sabia como é que eu era moralmente, conhecia a minha sinceridade, a minha postura». Tinham de conhecer, porque estive ali quatro anos. Tinham de me conhecer e não posso admitir que, por algum momento, tenham pensado ou que alguém tenha, enfim, alvitrado — porque também se tratou um pouco disso — que eu estaria a ser menos correto ou menos sincero perante tudo isto que ia acontecendo.

Sobre esse assunto, como lhe estou a dizer, foi falar-me. Fui de férias no início de setembro e, no final de agosto — sei, porque foi antes de ir de férias —, foi tida essa conversa assim de passagem, até tenho ideia de ter sido no corredor, uma coisa sem importância nenhuma, ou melhor, à qual não dei importância nenhuma, obviamente. Fiquei completamente surpreendido naquele dia com o telefonema às 3 horas da manhã. Não sabia o que ia acontecer, como ia acontecer e onde ia acontecer. Zero!

Fiquei com muitas pontas penduradas que também não me interessou investigar, porque já tinha determinado a minha saída. Até saí mais tarde do que era suposto e não saí mais cedo exatamente para não dizerem «está a sair porque não sei quê». Não. Até deixei passar os meses de novembro e dezembro, só saí mesmo em janeiro, também um pouco em função de estar a ser difícil arranjar um substituto para aquelas funções, porque substituir um coronel com formação em direito também não é fácil. Embora, para aquelas funções, não seja preciso ser licenciado em direito, basta ser coronel.

No meu caso, até estava na reserva e, portanto, não havia problema nenhum, mas não quis sair logo. Tinha o meu *timing* também, que já tinha definido antes das férias, e muitos dos investigadores que estavam lá sabiam, porque já tinha confidenciado com eles que me ia embora, ainda antes de isto acontecer. Eles até me disseram: «Ah, mas vai-se embora?!». E eu disse:

«Vou sim, pá, vou-me embora». Até porque tinha problemas familiares muito graves, que não vou estar agora aqui a desenvolver, e também tinha a minha tentativa de prosseguir o estágio de direito, que tinha deixado a meio. Saí do estágio de direito diretamente para a PJM que, como sabem, são funções incompatíveis. Tive de entregar a cédula e fui para a PJM.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Coronel, considera possível que o Major Vasco Brazão tenha atuado com o conhecimento do Diretor da Polícia Judiciária Militar, o Coronel Luís Vieira, na continuação das investigações sobre o furto de Tancos, mesmo no período em que a Polícia Judiciária estava a investigar e tinha a tutela da investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Isso, Sr. Deputado, é um grande dilema. Não sei o que é que o Sr. Diretor-Geral sabia. Não sei de todo. Mesmo a presença dele no local... Não sei se ele sabia o que é que ia encontrar quando lá chegou. Não sei de todo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É possível o Major Vasco Brazão ter dado ordens ao Major Pinto da Costa para fazer investigações neste *dossier*, dando a sensação de que havia uma ordem da hierarquia militar para o efeito?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Como disse, o Sr. Major Pinto da Costa, para mim, na minha verdade, andava ali em investigações e não foi só naquela noite. Ele andava ali já há mais dias e até lá muito mais para trás, o que me levou a pensar que, de facto, era genuíno o facto de ele andar ali naquela investigação. Agora, se naquela noite em concreto ele estava de acordo com o Major Brazão ou se foi uma questão de oportunidade, sinceramente, não estou em condições de responder.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Major Pinto da Costa afirma que transmitiu toda a informação à hierarquia militar. Pergunto-lhe se alguma vez recebeu alguma informação do...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — À hierarquia...?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — À sua hierarquia da Polícia Judiciária Militar.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas qual informação?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sobre as investigações e sobre as ações dentro da investigação que estava a decorrer.

Pergunto-lhe se alguma vez lhe transmitiu a si alguma informação sobre investigações no caso do furto de Tancos.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A informação que tive foi aquela do Major Brazão a dizer-me «tínhamos um, mas agora não temos».

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E do Major Pinto da Costa nunca teve nenhuma informação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, ele nunca me disse nada. O Major Pinto da Costa dizia-me que andava em investigações atrás daquele senhor de etnia cigana, e era fácil prever que fosse isso, porque ele ia para lá e dizia-me que ia com o tal indivíduo da GNR, que depois, pelos vistos, não era um, eram mais, não é?! E eu aceitava como plausível a explicação dele.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Confirma que, na noite em que foi encontrado o material militar, foi quem telefonou ao Major Pinto da Costa para se deslocar ao local, para fazer a averiguação do material encontrado?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, por sugestão do Major Brazão.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Seria normal o piquete sair para fazer a averiguação do material militar que foi encontrado sem o laboratório militar ir junto?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não. A não ser num caso de um furto menor, em que alguém telefona a dizer: «Ah, desapareceu-me o computador ou não sei quê...». Neste caso, uma caixa de granadas, o protocolo determinava que o laboratório fosse.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, uma saída com o piquete, com o Major Vasco Brazão, que conseguiu chamar o Diretor da Polícia Judiciária Militar e não levou consigo o laboratório militar, é, no mínimo, questionável do ponto de vista procedimental.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas o laboratório militar foi também!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Foi posteriormente.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, acho que foi logo com ele.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A informação que nos deram é a de que chegou depois ao local.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Obviamente, poderá ter sido isso, mas essa é uma questão de uns irem mais depressa e outros não. Aquilo foi à noite. Mas o que é determinado é que o piquete vai... Eles não estão juntos! O piquete está em casa e o laboratório em casa está, portanto, eles têm de coordenar: «Olhe, eu vou sair daqui para este sítio e tu vais sair daqui, a gente encontra-se lá».

O Sr. **Presidente**: — Segue-se, agora, o Grupo Parlamentar do CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Coronel Estalagem, em nome do CDS-PP.

Gostaria de ir direto a uma das questões que já aqui foi abordada nomeadamente pelo Sr. Diretor da Polícia Judiciária, que nos disse, com base em informações que tinham tido de um informador, que teriam avisado o Sr. Major Pinto da Costa, ainda antes de os factos terem ocorrido em Tancos, sobre o risco de vir a acontecer tal facto.

Alguma vez foi informado em relação a esse aviso?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Como a generalidade das pessoas, depois daquela reunião no dia 4 de julho, talvez, em que esteve o Presidente da República em Tancos e o Ministro da Defesa, em que essa informação terá lá sido ventilada. Foi só nessa altura que eu soube disso, até aí não soube absolutamente nada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi ventilada por quem, a quem?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Aquilo que foi na altura falado foi que quem teria falado sobre esse assunto terá sido o próprio Diretor-Geral, que também estava na reunião. Eu não estive na reunião em Tancos, mas foi o que me soou por pessoas que lá estavam. E depois, à noite, o jornalista, Dr. Júdice, falou no Telejornal e ele próprio veiculou lá essa informação. Ele falou nisso, não sei quem lhe deu a informação, mas ele disse que isso tinha sido lá falado e até disse quem tinha levantado o problema dessa informação sobre um eventual assalto na zona Centro que podia ocorrer, como veio a ocorrer. Isso foi falado em abril ou qualquer coisa assim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas não lhe foi reportado, a si, esse risco?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A mim nunca. Antes tivesse porque não acontecia aquilo que aconteceu.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pois, porque esse é um dos problemas: porventura, se tivesse sido nomeadamente avisada a hierarquia do exército, provavelmente ter-se-ia evitado...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Obviamente, obviamente!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Há algum procedimento previsto na Polícia Judiciária Militar em casos em que possam ocorrer riscos sérios para a segurança nacional? Nessa medida, há algum procedimento para aquilo que devem ser os passos a serem seguidos pela Polícia Judiciária, nomeadamente a Polícia Judiciária Militar, avisando a hierarquia das Forças Armadas? Sim ou não?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, sim. Existe uma reunião, que penso que é semanal, do CISMIL (Centro de Informações e Segurança Militares), que é um órgão militar que funciona no Estado-Maior General das Forças Armadas, onde está sempre presente um elemento da Polícia Judiciária Militar, e nessa mesma reunião há a passagem de informação de um lado para o outro sobre estas questões.

Obviamente, sobre esta questão de Tancos se tivesse chegado alguma informação à Direção da Polícia Judiciária Militar, creio que imediatamente o Chefe do Estado-Maior do Exército era avisado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, terá havido uma falha de comunicação dentro da PJ Militar, já que tinham sido avisados pela Polícia Judiciária, segundo informação do Sr. Diretor.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Pois. Eu não sei se o Major Pinto da Costa estava na posse dessa informação ou não. O Sr. Diretor disse aqui que um investigador dele terá dito a um investigador nosso, não é?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O Major Pinto da Costa!

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, esse investigador era o Major Pinto da Costa, mas nada daí saiu.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Disse-nos que não havia inquérito na PJM a partir do momento em que a Polícia Judiciária assumiu essa investigação.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Obviamente!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Também não foi isso que nos foi dito aqui pelo Sr. Major Pinto da Costa. O que disse foi que continuou a haver um inquérito na PJM.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Fui eu que entreguei o inquérito, se não estou em erro, no dia 3 de julho, numa reunião lá. Fui eu que entreguei o inquérito no DCIAP — não havia inquérito!

Aliás, acho que o despacho do Sr. Procurador é muito claro, não tem ali nada, não é preciso nenhum exercício de interpretação para chegar à conclusão de que não tínhamos inquérito. Não havia inquérito!

Tanto não houve um inquérito que eu, no dia 3, quando fui a essa reunião disse «Está aqui o inquérito!». Nem sei o que é feito desse inquérito, se foi apensado. Deve ter sido incorporado de alguma forma, porque tinha lá aquelas inquirições que já tínhamos feito.

Enquanto pensámos que estávamos a investigar um crime estritamente militar, investigámos durante um dia ou dois, acho que foi por aí. A partir do momento em que nos dizem «Vocês não têm inquérito, o inquérito passa para as mãos da Polícia Judiciária»... Eh, pá, então aquilo que tínhamos feito até ali, que eram inquirições, e o auto de notícia do indivíduo que lá foi ao sítio e que disse o que tinha desaparecido, tinha lá alguma informação, de facto, relevante, não é? Tinha a lista do material desaparecido e tinha algumas inquirições feitas logo a montante. Isso foi tudo entregue na Polícia Judiciária, no DCIAP. Sempre que houve reuniões, que me recorde, estavam lá os representantes do DCIAP também, os procuradores. Foi-lhes entregue a eles — «Está aqui o inquérito» —, logo não temos inquérito!

Mas penso que isso é claríssimo. A partir do momento em que a Sr.<sup>a</sup> Procuradora produziu o despacho a determinar quem era o «líder», digamos assim, do inquérito, nós sabíamos perfeitamente: não temos inquérito, pura

e simplesmente. E não tínhamos. Curiosamente era o mesmo número. Quando nós autuámos foi com o mesmo número com que a PJ autuou, sem quaisquer razões. Acho que o nosso era o 46 e o deles também.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Era o 48!

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Era 48?! Era o mesmo número, pronto! Mas nós não tínhamos inquérito. Quem pensava que tínhamos inquérito estava redondamente enganado porque nós não tínhamos inquérito. E acho que todos os investigadores da PJM sabiam, foram conhecedores do despacho que determinou que o inquérito passava para a Polícia Judiciária, ninguém podia olvidar uma situação dessas.

Sr. Deputado, tudo aquilo que íamos recolhendo, na altura, eram inquirições, não mais do que isso. A partir do momento em que não tínhamos o processo, quando íamos às reuniões levávamos uma pastinha com as inquirições que depois eles incorporavam no processo deles.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Coronel, infelizmente aquilo de que já nos conseguimos aperceber, pelas informações que nos deram, é que isso não foi apreendido por toda a Polícia Judiciária Militar. Designadamente, foi-nos reiterado aqui que, apesar disso, mantinham o inquérito a correr e que havia reuniões onde esteve presente, designadamente, primeiro, o Sr. Major Pinto da Costa, o Sr. Capitão Bengalinha, depois o Sr. Major, onde estava quer o Sr. Coronel Estalagem, quer o Sr. Coronel Diretor da Polícia Judiciária Militar Luís Vieira. Confirma que houve essas reuniões?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr. Deputado, eu não marcava reuniões com o meu pessoal por uma razão muito simples: estávamos todos

perto uns dos outros. Eu marcava reuniões quando tinha de transmitir informação geral, nessa altura, sim. Tínhamos uma sala, eu marcava reuniões e ali determinava aquilo que havia a determinar de âmbito geral. No âmbito de um processo específico, eu ia ao gabinete do investigador que estava com o processo ou chamava-o ao meu gabinete. Eu não fazia reuniões nem nunca fui convocado para nenhuma reunião.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Apesar de o Sr. Major Pinto da Costa não ter gabinete cá, porque ele estava colocado no Porto.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O Sr. Major Pinto da Costa, como referi, vinha cá muitas vezes porque, a determinada altura — e curiosamente o Diretor Nacional da Polícia Judiciária quando esteve aqui também falou nisso —, o Sr. Diretor-Geral achou que ele também era a pessoa indicada para investigar aquele assunto das *G3*, desaparecidas dos Comandos. Chamou-o a Lisboa, e depois, por desagrado, enfim, manifestado até por algumas equipas de Lisboa, ele saiu. Chegaram a dizer: «Então, é necessário vir um investigador do Porto para investigar um desaparecimento...».

E era por isso que ele andava por aqui muito e também por causa das vindas a Tomar. É que quando ele vinha a Tomar, no âmbito daquele processo das munições, muitas vezes vinha à sede. Algumas vezes eu via-o lá, outras vezes, nem por isso.

Mas eu sabia que ele fazia esses movimentos e, de facto, essa altura em que ele esteve metido... E também foi na mesma altura, que coincidiu com a altura em que ele esteve, de alguma forma, envolvido no âmbito das *G3*, que ele também andou por cá. Isto porque houve uma *G3*, que, como me recordo, na altura até deu um bocado de celeuma o que, pela minha parte, não achei muito curial. Ele tinha alguns contactos, também, junto da PSP e na altura houve uma arma dessas dos Comandos que a PSP apreendeu e foi

ele quem depois tratou do problema da transferência da arma novamente para a Polícia Judiciária Militar.

Essa foi uma das alturas em que ele esteve cá e por causa dessa questão da arma ele veio cá acima duas ou três vezes, porque ele tinha o contacto do indivíduo da Polícia, que ele conhecia, não sei se era um comissário ali da zona de Vila Franca.

Essa foi uma das razões, mas ele vinha cá por outras razões. Nunca vinha cá sem nenhuma razão específica, até nem fazia sentido, não é?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nunca esteve, então, numa reunião onde estivesse presente o Sr. Major Pinto da Costa?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Estive em algumas reuniões em que ele estava, mas sobre este assunto específico, não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É porque nos foi relatado aqui que lhe foram dadas instruções expressas, aliás, verbais, e a regra era instruções verbais, mas que lhe foram dadas instruções expressas para não escrever aquilo que andava a fazer. Confirma? Teve conhecimento de alguma instrução desse género? É prática habitual na PJM processarem-se assim as coisas?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Nem sei o que lhe responda a essa questão. Havia informações que não eram escritas? Não sei...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Recebeu instruções para não escrever o que estava a fazer!?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ah, mas isso não. Quer dizer, jamais daria uma instrução dessas a um investigador meu para ele fazer investigações e não as escrever! Nem vejo qual seria a razão de ele o fazer. Mas determinado por mim, não! Isso não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Alguma vez ouviu o Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar dar uma instrução desse género?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Alguma vez deu a instrução ou ouviu alguém dar instrução de que o único objetivo era recuperar o material que tinha sido roubado?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Li isso no jornal. Já depois de eu ter saído e depois de a operação estar a decorrer, li no jornal que o Diretor — isso está escrito no jornal — teria dito que o foco dele era recuperar o armamento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já agora, aquilo de que temos conhecimento nesta altura é que a investigação, nomeadamente a ligação ao tal informador começou logo a 29 e que nunca parou. Nunca se apercebeu disso?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Posso dizer aqui, e acho que não estou a cometer nenhuma inconfidência, que, como vos disse no início, fui ouvido como testemunha no dia anterior ao da operação e, na altura, perguntaram-me se eu conhecia alguns nomes e eu não conhecia nenhum daqueles nomes que lá foram referidos.

O Sr. **Antônio Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Indo ainda a uma outra questão: como aparece o Major Vasco Brazão neste processo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Por indicação do Diretor-Geral.

O Sr. **Antônio Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E o Sr. Coronel deu a sua anuência?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu questionei o porquê. Eu tinha o Capitão Bengalinha e achei que estava a cumprir e perguntei o porquê da entrada do Major Brazão e a justificação foi aquela que já há bocado referi, porque era uma pessoa mais velha e major. Essencialmente, foi essa a explicação, que era uma pessoa mais velha e era major. Essencialmente, foi essa a explicação.

O Sr. **Antônio Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não sente, então, que tenha colaborado no afastamento do Capitão Bengalinha da investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — De forma alguma!

O Sr. **Antônio Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quem é que autoriza as deslocações das equipas e os meios que essas equipas levam para as investigações? Alguma vez é reportado ao diretor da investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, tem de ser. É assim: quando os investigadores têm de fazer deslocações que impliquem o chamado dispêndio de ajudas de custo, todas essas, às vezes acontece irem para uma determinada missão e não estarem à espera que ela se prolongue de tal forma

e então pedem *a posteriori*. Chegam, explicam o que se passou e dizem «Tivemos de ficar lá mais uma noite» ou «Tivemos de fazer mais estas refeições» e, na altura, fazem um papel da despesa.

Quando iam para o Algarve já sabiam ao que iam e, antes de ir, solicitavam autorização para estarem lá dois dias, para dormirem lá duas noites...

Como os senhores sabem, as ajudas de custo são muito exíguas e eles queriam até que isto fosse autorizado com alguma antecedência para poderem marcar dormida, digamos assim, nos quartéis, que era onde eles dormiam quando iam para lá. Ficavam em quartéis do Exército ou até mesmo em postos da GNR. Era onde eles pernoitavam.

Portanto, quando eram essas deslocações, que eles sabiam que iam ser demoradas, eu tinha conhecimento antecipado; quando, por alguma razão, eles tinham de ficar no local, porque surgiam alguns inconvenientes ou quando não conseguiam contactar as testemunhas, o que também podia acontecer, ou elas não aparecerem, eles comunicavam-me e eu dizia: «Fique mais uma noite». Isto com prejuízo da vida particular deles, porque muitas vezes tinham de ficar no Algarve quando, se calhar, prefeririam estar em Lisboa. Às vezes, ficavam lá mais do que uma, duas ou três noites, mas eu sabia que eles estavam lá.

Agora, se a deslocação se verificasse aqui na zona de Lisboa e não envolvesse ajudas de custo... E não envolve, porque um indivíduo ir daqui a Leiria e vir no mesmo dia não envolve ajudas de custo, ou a Setúbal, a não ser que tenha de jantar ou se chegar depois da hora, porque isto tem umas regras, não é! Essas aí eu não sabia, porque, como digo, em Lisboa tinha 140 inquéritos e no Porto tinha para aí mais uma centena. Portanto, não era possível uma gestão muito efetiva em cima disto.

Como qualquer coordenador, eu tinha de ter confiança nos meus investigadores. E isto é uma cadeia porque, por seu lado, de alguma forma,

os investigadores-chefes — que são sempre oficiais, pois é assim que está determinado — coordenam os investigadores que são sargentos. Portanto, abaixo do coordenador, com mais autonomia no terreno, está o investigador-chefe e o seu investigador.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Coronel, então é normal que para além do carro com que andava o Sr. Major Pinto da Costa também andassem com a carrinha Mercedes Vito atrás?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A deslocação da carrinha Mercedes Vito dependia de ordem expressa do Diretor-Geral. Eu, Diretor da UIC, tinha uma frota para gerir, na qual não se incluía essa carrinha. Essa carrinha não fazia parte da frota que eu geria, mas sei que, uma vez por outra, o Major Pinto da Costa... E não só o Major Pinto da Costa, outros investigadores pediam-me a carrinha. E porquê? Porque a carrinha tem vidros escurecidos e, como não se vê quem está do lado de dentro, prestava-se a fazer vigilâncias. A carrinha é estacionada num sítio qualquer, os indivíduos estão lá dentro e vêm cá para fora sem serem vistos.

Portanto, quando havia vigilâncias, e de vez em quando havia-as, eu falava com o diretor, que dava ordens à secção de transportes que, por sua vez, disponibilizava a carrinha a um dos investigadores, que a conduzia. Isso podia acontecer — e aconteceu, algumas vezes —, ou seja, estar ao mesmo tempo uma viatura ligeira, de uma marca qualquer, e, numa outra posição, estratégica para investigação e vigilância, estar a carrinha.

A movimentação da carrinha processava-se nesses termos. Eu não tinha qualquer autonomia sobre a deslocação da viatura.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — No dia do achamento do armamento, dos explosivos, foi o Sr. Coronel quem deu autorização para a carrinha ou foi o Sr. Coronel Vieira?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Eu não sabia que a carrinha estava deslocada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, temos de presumir que terá sido o Coronel Luís Vieira.

O que é que disse ao Major Vasco Brazão por, nesse dia, ele ter ligado ao Diretor da Polícia Judiciária Militar, passando por cima de si?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Desculpe?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — O que é que disse ao Major Vasco Brazão, depois de ele ter passado por cima de si?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não foi bonito o que eu lhe disse!

*Risos.*

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas tem de responder.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Quando ele me disse que se estava a deslocar para o local e que o Diretor também ia a caminho, perguntei-lhe quem é que avisou o Diretor e ele disse: «Fui eu». Eu disse-lhe: «Então, mas...»...

O mais normal teria sido ser eu a avisá-lo. Mas também já vos digo que por uma caixa de granadas eu não ia avisá-lo!

Quando ele me disse que o tinha avisado eu disse-lhe: «Sr. Major Brazão, vamos ter de falar a sério sobre isto, porque você, nitidamente, exacerbou as suas funções. Se alguém tinha de avisar o Diretor-Geral, esse alguém era eu, não era o senhor». Mas, quer dizer, isto é daquela lógica simples, não é!? Como é que é um investigador, estando numa determinada área, que toma essa iniciativa? Isto nunca tinha acontecido! Como é que ele toma a iniciativa de ser ele a avisar o Diretor?!

Sou sincero, eu não ia avisar o Diretor. Por causa do achamento de uma caixa de granadas no meio do Ribatejo, eu não ia avisar o diretor, não lhe ia dizer nada! Poderia dizer-lhe no dia seguinte, mas não ia telefonar ao senhor às 4 horas da manhã e dizer-lhe assim: «Parece que apareceu uma caixa de granadas ali na Chamusca». Não fazia sentido estar a avisá-lo por uma coisa destas, não é?!

O Major Brazão só me avisou a mim para eu poder mandar avançar o Pinto da Costa, com a tal desculpa de que o Pinto da Costa era mais antigo e que ele não lhe podia dar ordens. Então, era o Sr. Coronel Estalagem, que estava em casa a dormir, que tinha de fazer isto! Eu estava em casa e ele telefonou-me às 3 horas da manhã, com aquela coisa toda, a dizer: «Agora é preciso o Pinto da Costa...» E eu disse: «Então, mas o Pinto da Costa...» E ele responder: «Ah, o Pinto da Costa está lá pela zona».

Quer dizer, se calhar eu até sabia que o Pinto da Costa estava por ali, mas na altura nem me lembrei disso. Se ele andava ali em investigações é natural que eu soubesse. Na altura, nem foi por isso, mas, pronto, mesmo que eu soubesse, o que é certo é que queria mandar o Pinto da Costa para confirmar que, de facto, estava lá aquele material.

Isto porque ele estava a dizer: «Não quero ir de balde para a Chamusca e, depois, chegar lá e não ser verdade, como já aconteceu algumas vezes, o Sr. Coronel recorda-se?». Ao que eu disse: «Recordo».

Já tínhamos tido algumas coisas desse género, ou seja, de nos avisarem de coisas e depois a gente chegar lá e não estar lá nada. Não era muito normal, mas já tinha acontecido, nomeadamente com denúncias anónimas. Íamos para lá e quando lá chegávamos, afinal, a denúncia não tinha qualquer fundamento. Não sei se era só para incomodar alguém que estivesse por ali, se por que era, mas isso acontecia. Ele sugeriu-me isso e disse: «O Pinto da Costa está aí perto». O Pinto da Costa não estava assim muito perto, mas, pronto, foi ele quem acabou por ir lá.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É claro que se fosse por uma caixa de granadas, provavelmente não incomodaria, mas se já se soubesse que era aquilo que tinha sido furtado em Tancos, então, se calhar, valeria a pena.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Pois, mas como pode ver no memorando, ele nunca me disse o que era.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pois. Estou a falar, avaliando, não pelos atos do Sr. Coronel, mas, por aquilo que já sabemos agora.

Vou colocar ainda outra questão, aproveitando o pouco tempo que tenho de sobra, e que é a seguinte: falou, há pouco, do louvor que lhe foi dado pela sua atuação em Tancos,...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não só em Tancos! Tenho mais quatro processos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim, percebe-se perfeitamente. Mas teve conhecimento, até porque era o Diretor de

Investigação Criminal, do louvor que foi dado ao Sargento Lage de Carvalho e à condecoração, pelo Ministro da Defesa Nacional, com a medalha da defesa nacional?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A quem?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A medalha da defesa nacional.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas a quem é que foi dado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Ao Sargento Lage de Carvalho.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ao Sargento Lage de Carvalho ou ao Major Brazão?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mário Carvalho.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Ou ao Major Brazão?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mário Paulo Lage de Carvalho, que era o sargento que trabalhava com o Major Pinto da Costa.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas ele foi galardoado?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Foi condecorado pelo Ministro da Defesa Nacional.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Mas, bem depois de eu ter saído, de certeza!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim. Estou a perguntar-lhe se teve conhecimento.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não tive conhecimento absolutamente nenhum. Eu saí em janeiro e isso deve ter sido lá para...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A data da publicação do despacho é 30 de abril, portanto, o processo deverá ter-se iniciado antes.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Pois, eu já tinha saído há dois meses. Não tenho ideia nenhuma disso. Nem tinha conhecimento! Essa surpreendeu-me!

O Sr. **Presidente**: — Para concluir, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Coronel Manuel Estalagem, agradeço-lhe pela informação que já partilhou connosco e pelo esclarecimento. O aspeto mais enigmático é o do afastamento do inspetor-chefe e da assunção de tarefas de um novo inspetor-chefe.

O que lhe queria perguntar é se há um despacho de nomeação do Capitão João Bengalinha, enquanto investigador-chefe.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Enquanto investigador-chefe, há uma nomeação do Capitão Bengalinha, porque ele estava de piquete e assumiu o processo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Há algum despacho de exoneração, posterior?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não chegou a haver. Ele pediu isso... Como eu lhe disse, eu estava de férias quando ele me telefonou a dizer que queria ser excluído do processo, porque achava que já andava a ser «omitido». Eu disse-lhe: «Então, independentemente do papel que você vá fazer, e que eu não estou aí para despachar, está excluído».

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — O Major Brazão teve um despacho de nomeação para ser investigador-chefe deste processo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Então, como é que o inspetor-chefe passou a ser o Major Brazão...

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Acho que não... Agora, sinceramente, penso que isso chegou a ser feito, mas não sei se chegou a ser incorporado... Mas também, pronto, o processo não estava connosco, estava na Polícia. Portanto, estando o processo na PJ, não interessava quem era o investigador do nosso lado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, o único investigador oficial que tivemos no processo, por parte da PJM, foi o inspetor João Bengalinha...?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, o Capitão Bengalinha.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Confirma?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sim, para a PJ não tinha interesse nenhum quem é que era o nosso!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nós concluímos a estranheza com que o Major Brazão entra no processo de investigação.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — O Diretor disse que passava a ser este...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — É normal, Sr. Coronel? Esse procedimento é normal na PJM?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, costuma ser formalizado, de algum modo. Mas neste caso não tenho a certeza de que tenha sido formalizado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E é normal o Diretor-Geral imiscuir-se na escolha de um investigador-chefe? Primeiro é este, depois passa a ser aquele, muda de um lado, passa para o outro...?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não é normal, mas acontecia.

*Risos.*

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Já percebemos!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso percebemos.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não, acontecia! Não é «aconteceu» é «acontecia». Não estou a dizer neste caso, aí é óbvio que sim, não é!? Estou a dizer que não é normal, mas acontecia.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Coronel, eu tinha aqui uma pergunta preparada, mas já percebi, pela sua resposta, que desconhecia as linhas desenvolvidas por parte do Major Brazão, relativamente às diligências a partir do momento em que o processo de inquérito passou para a PJ.

Na sua cabeça, a partir do momento em que há um despacho do Ministério Público a transferir a titularidade do processo para a PJ, a PJM deixa de ter inquérito, deixando de poder ter investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não tem inquérito. A única informação que tenho, como há bocado repeti aos Srs. Deputados, é a de o Major Brazão dizer-me: «Tínhamos, mas agora não temos, porque ele foi embora para o estrangeiro».

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo, e a partir do momento em que a titularidade do processo passa para a PJ, a PJM deixa de ter legitimidade para desenvolver linhas autónomas de investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A não ser em coordenação com a PJ.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A não ser em coordenação com a PJ. Coisa que não aconteceu, como sabemos.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Portanto, na sua opinião, a utilização de informadores, linhas autónomas de investigação, separadas da PJ e sem articulação da PJ, é inaceitável.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Tem de ser sempre coordenado com a PJ.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nunca soube de nenhuma destas linhas de investigação?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Soube só aquilo que lhe estou a dizer, que ele me disse que tinha um informador, mas, depois, disse que já não tinha.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Nunca lhe passou pela cabeça que aquela investigação de furto ou de tráfico de munições era a mesma da do furto de Tancos e que era uma linha de investigação paralela relativamente à PJ?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Tive essa dúvida e esclareci-a. De facto, estava a correr no DIAP do Porto — e daí a entrada do Pinto da Costa

— uma investigação de tráfico de munições feito por um indivíduo de etnia cigana, residente na zona de Tomar, com interceções telefónicas.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas a verdade é que, ao mesmo tempo, estava a decorrer uma investigação autónoma, com a utilização de informadores e com reuniões, uma investigação própria e separada da PJ por parte de elementos da PJM, se calhar, sob o pretexto dessa operação.

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Sr. Deputado, estive de férias no mês de setembro e acho que o mês de setembro, na minha ótica, teria sido o mês ideal — uma vez que aquilo aconteceu em outubro — para alinhar, digamos assim, essa ação, e eu durante o mês de setembro não tive informação nenhuma.

A única vez que falei sobre este processo, e nem foi bem sobre este processo, diretamente, foi quando o Capitão Bengalinha me telefonou e me disse que queria sair da investigação. Ele telefonou-me, estava eu de férias, e disse-me que queria sair da investigação porque tinha a sensação que lhe estavam a sonegar informação. E isto foi em setembro.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo.

Já percebemos como é que teve conhecimento da recuperação do material, a forma como foi informado. Não lhe passa pela cabeça que quem lhe disse que tinha sido encontrada uma caixa de granadas sabia mesmo ao que ia, na verdade?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Não sei se o Diretor que foi lá chamado sabia. Não posso afirmar que ele sabia. Falei com ele ao telefone, ele ia no carro e foi assim «um despacho».

Não sei. Tenho sempre de me basear no memorando porque não tenho mais nada e aqui diz-se que, primeiro seria uma caixa e que, depois, se eles, de facto, se portassem bem, apareceria o resto. A ideia é deixar de lado a PJ.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E o Sr. Coronel é colocado de lado de todo este processo por causa dessa sua característica, porque, se tivesse sido informado, a primeira coisa que faria era informar a Unidade Nacional de Combate ao Terrorismo?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — A partir do momento em que tivesse algo que não fosse «ah, havia um mas foi-se embora», se fosse uma coisa com pés e cabeça, ou seja, a existência efetiva, identificada, de um informador que poderia dar, de facto, alguma informação, nem que fosse de somenos importância, eu tinha essa obrigação. Eu tinha um pacto, e o Sr. Dr. Luís Neves falou aqui nisso, disse que tinha tido uma conversa com alguém da PJM em que disse «isto pode correr bem se nós...», esse alguém, e ele não referiu o nome, esse alguém sou eu.

Portanto, eu tinha com ele esse pacto de informação. Eu nunca poderia, não me sentia bem comigo mesmo se soubesse, se tivesse alguma informação fidedigna que pudesse levar a algum lado — não aquela informação que anda no ar, mas fidedigna, que pudesse levar a algum lado —, se alguma vez a tivesse tido, repito, teria de a partilhar. E não só eu, mas eu e o meu diretor. Isto porque aí, como não era eu que teria essa informação, teria de juntar quem a tinha e teríamos de reunir, se calhar de emergência, com a PJ e explicar: «Nós temos isto; como é que vamos...»

Agora, uma coisa é certa: o que leio aqui neste memorando... Este memorando vale o que vale, ficamos por aí, mas tem aqui muita coisa e tem pelo meio ameaças. «E se vocês metem a PJ nisto é um '31' e não aparece nada», e não sei o quê, não sei o quê. A ser verdade isto, o que os

investigadores, entre eles, terão pensado é o que é que iriam fazer. «Vamos lançar isto para o chefe, para a PJ, para isto não dar nada, ou tentar avançar com isto e, ao menos, apanhar algumas espingardas?»

Não sei... Estou a conjecturar o que poderá ter passado pela cabeça dos indivíduos que colaboraram neste achamento, digamos assim. Terá sido isso que eles pensaram? Então, disseram assim: «Se vamos dizer isto...»

Eles sabiam, eles conheciam-me bem. Eu estava ali há quatro anos, conhecia-os a todos, eles conheciam-me bem e sabiam qual era minha índole e eu também sabia qual era índole deles. Eles sabiam que se levassem isto ao meu conhecimento, ao conhecimento do Diretor da Unidade de Investigação, estavam «a dar o ouro ao bandido» — perdoem-me a expressão, que é uma expressão que, se calhar, não vem aqui muito a propósito.

*Risos.*

Aqui é mais ao contrário! Aqui, eram os bandidos que nos estavam a dar o ouro a nós, porque nunca considero o meu pessoal que participou nisto como malfeitores, que não são, não têm nada a ver. São pessoas que, na altura, tiveram de tomar uma decisão e optaram por este caminho, que não foi o caminho correto, com certeza. Mas onde eu queria chegar é a isto: eles, ao partilharem comigo...

Por isso é que eu digo que, hoje, percebo as coisas, Depois de ler este memorando, percebi perfeitamente por que é que o Major Brazão me veio dizer que tínhamos um indivíduo mas agora não temos, foi para o estrangeiro e só vem para o ano. Isto foi para quê? Agora percebo perfeitamente. Foi para dizer: «Pronto, este já está eliminado, já ficou de fora. Mesmo que venha a saber alguma coisa, já sabe que o «gajo» não está cá e, portanto, se vier com perguntas, a resposta é a mesma: «Não, ele ainda está no estrangeiro, só

vem em janeiro.» Acho que foi isso que me disseram. Estava no Brasil ou lá onde é que era... Mas foi dito que estava no estrangeiro e que antes do fim do ano não vinha, só vinha em 2018.

Ora, em 2018, em boa verdade, eu contava já não estar na Polícia Judiciária Militar. Por acaso, saí logo em janeiro. Mas quando ele me contou isto eu disse: «Mas agora até pode nem vir.» Foi esta a conversa que foi feita na altura.

Se eu soubesse, de facto, de alguma coisa palpável, que tivesse «pernas para andar», eles sabem que eu não...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E, Sr. Coronel, isso não servia a estratégia nesse enquadramento, partindo do pressuposto que ele é verdadeiro.

O Sr. Coronel sentiu alguma vez obstáculos à cooperação com a PJ? O Diretor Nacional da PJ veio dizer-nos que, a determinada altura, sentiu da parte da PJM entraves, obstáculos à investigação. Já percebemos que isso não é da sua lavra, mas pode dizer-nos isso? E, já agora, a partir de quando é que isso aconteceu e quem são os responsáveis?

Também foi dito que houve um conjunto de fugas de informação para a comunicação social. Já fez referência a elas. Pode dizer-nos a partir de quando e se tem identificado quem poderá ter sido o responsável por isso?

O Sr. Cor. **Manuel Estalagem**: — Cheguei a conversar sobre este assunto das fugas com o Sr. Dr. Luís Neves. Disse-lhe: «Do meu pessoal que pode estar por dentro disso, não estou a vislumbrar ninguém que tenha esse perfil de ter conhecimentos na imprensa e que possa, de alguma forma, dar esses dados.» Disse-lhe que não tinha, de facto. E ele também me respondeu a mim que «há aí uns indivíduos», mas também não me pareceu que ele tivesse. Mas o que é facto é que elas aconteceram.

Sobre os obstáculos, já referi aqui há pouco que, ao meu nível e ao nível do Bengalinha, por exemplo, que era quem estava mais perto de mim na coordenação, no início, antes pelo contrário, disponibilizámos sempre, sempre — também não foi pedida tanta coisa como isso — aquilo que nos era pedido. Às vezes eram coisas que tínhamos de pedir ao Exército, mas nunca houve da nossa parte qualquer entrave a entregar o que nos era pedido. Se havia uma demora ou outra na entrega, não era da nossa parte, era da parte de quem nos tinha de nos fornecer a nós.

Agora, é como eu digo: a nível mais elevado parece que houve contactos nesse sentido, eu não sei. E até lhe digo que mesmo o Capitão Bengalinha, que era com quem eu contactava mais de perto, nunca manifestou qualquer mal-entendido.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — E mal-estar?

**O Sr. Cor. Manuel Estalagem:** — Ou qualquer mal-estar por o processo ter transitado para a Polícia Judiciária.

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Sr. Coronel, uma última pergunta: o Major Brazão, a determinada altura, parece desempenhar em simultâneo as funções de investigador-chefe e relações públicas da PJM. Isso é normal? Gostaria de um último comentário sobre esta matéria.

**O Sr. Cor. Manuel Estalagem:** — Acho que isso aconteceu já durante aquele processo de investigação daquele incidente infeliz, em Alcochete, com os Comandos. Ele foi o piquete nessa noite e como o processo foi muito mediático, ele começou, de uma forma ou outra, a produzir declarações. Então, foi no ensejo desse processo que o Diretor-Geral determinou que fosse ele o porta-voz. Mas não houve uma nomeação, foi informal. Ele ficava

como porta-voz da Polícia Judiciária Militar quando houvesse alguma comunicação a fazer.

Foi isso que aconteceu a partir daí, porque foi só nessa altura que ele emergiu como porta-voz.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Coronel.

Temos já uma hora de atraso perante o horário que estabelecemos para o Sr. Capitão João Bengalinha, que compareceu à hora para que foi convocado e, não tendo registo de mais pedidos de palavra, queria agradecer, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, ao Sr. Coronel Manuel Estalagem por todos os esclarecimentos prestados.

Srs. Deputados, fazemos agora um intervalo de 5 minutos e não mais, após o que começaremos a última audição desta tarde.

*Eram 17 horas e 20 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.